

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.597.594
Preferenciais	0
Total	7.597.594

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	13/02/2020	Ordinária		0,02105
Reunião do Conselho de Administração	27/01/2020	Juros sobre Capital Próprio	13/02/2020	Ordinária		0,00891

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	84.219.844	93.479.987
1.01	Ativo Circulante	71.653.831	80.714.792
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.294.610	191.400
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.463.176	7.933.654
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7.463.176	7.933.654
1.01.02.01.03	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.160.626	7.885.074
1.01.02.01.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	302.550	48.580
1.01.03	Contas a Receber	61.703.254	72.459.211
1.01.03.01	Clientes	61.345.309	72.070.041
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	61.345.309	72.070.041
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	357.945	389.170
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	209.213	196.893
1.01.03.02.03	Outras Contas a Receber Operacionais	68.663	106.642
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	80.069	85.635
1.01.06	Tributos a Recuperar	192.791	130.527
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	192.791	130.527
1.02	Ativo Não Circulante	12.566.013	12.765.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.450.665	2.521.613
1.02.01.04	Contas a Receber	24.591	27.001
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber Operacionais	24.591	27.001
1.02.01.07	Tributos Diferidos	844.960	907.991
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	844.960	907.991
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.581.114	1.586.621
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.581.114	1.586.621
1.02.02	Investimentos	8.758.838	8.850.696
1.02.03	Imobilizado	798.058	830.152
1.02.04	Intangível	558.452	562.734

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	84.219.844	93.479.987
2.01	Passivo Circulante	65.039.578	74.533.409
2.01.02	Fornecedores	61.545.247	73.141.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.545.247	73.141.581
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	52.073.655	62.805.144
2.01.02.01.03	Fornecedores	386.694	429.994
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	9.084.898	9.906.443
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.698	104.375
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.193.813	917.685
2.01.05	Outras Obrigações	265.820	369.768
2.01.05.02	Outros	265.820	369.768
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	55.113	72.183
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	50.163	47.513
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	160.544	250.072
2.02	Passivo Não Circulante	9.923.020	9.516.324
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.908.802	6.799.128
2.02.02	Outras Obrigações	1.226.817	910.322
2.02.04	Provisões	1.787.401	1.806.874
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.787.401	1.806.874
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis	1.787.401	1.806.874
2.03	Patrimônio Líquido	9.257.246	9.430.254
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	5.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-15.200	9.460
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-76.832	-56.198
2.03.02.07	Reservas de Capital	61.632	65.658
2.03.04	Reservas de Lucros	3.818.954	3.708.078
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-246.508	12.716

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.210.986	1.432.490
3.01.01	Receita Operacional	1.350.734	1.597.285
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-139.748	-164.795
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-726.335	-643.922
3.03	Resultado Bruto	484.651	788.568
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-307.437	-291.936
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-307.437	-291.936
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-122.670	-117.234
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-83.118	-85.768
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-28.257	-40.331
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-68.144	-98.853
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	-5.248	50.250
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	177.214	496.632
3.06	Resultado Financeiro	50.728	230.710
3.06.01	Receitas Financeiras	174.654	314.449
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.049	5.686
3.06.01.02	Resultado com Aquisição de Recebíveis e FIDC	167.753	275.256
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	2.852	33.507
3.06.02	Despesas Financeiras	-123.926	-83.739
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-123.926	-83.739
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	227.942	727.342
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-61.139	-182.568
3.08.01	Corrente	1.891	-202.535
3.08.02	Diferido	-63.030	19.967
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	166.803	544.774
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	166.803	544.774
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06157	0,20058
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,06143	0,20039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	166.803	544.774
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-259.224	-10.493
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-259.224	-4.936
4.02.04	Benefícios pós emprego	0	-5.557
4.03	Resultado Abrangente do Período	-92.421	534.281

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-882.548	95.950
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	330.662	619.245
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	227.942	727.342
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	111.894	73.988
6.01.01.04	Custo Residual de Imobilizado e Intangível Baixado	1.902	8.520
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-4.026	3.078
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	66.163	74.983
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-10.231	36.122
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	91.612	82.686
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	255.986	29.019
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	5.248	-50.250
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-251.320	-79.757
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-175.934	-286.486
6.01.01.18	Amortização de custos de emissão de dívidas	11.426	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.059.422	-184.198
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	10.607.329	-1.887.696
6.01.02.02	Contas a Receber com Partes Relacionadas	-12.320	-7.311
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-62.264	-43.317
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	82.403	-37.651
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	5.507	-1.214
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-10.731.489	2.197.212
6.01.02.10	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	-821.545	-248.812
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-64.172	1.144
6.01.02.12	Rendas a receber	9.139	-30.698
6.01.02.14	Créditos tributários	63.031	-22.829
6.01.02.15	Sociais e estatutárias	-51.689	-39.833
6.01.02.16	Fiscais e previdenciárias	-74.110	-65.616
6.01.02.17	Provisões para contingências	-9.242	2.423
6.01.03	Outros	-153.788	-339.097
6.01.03.02	Juros Pagos	-97.081	-132.119
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-56.707	-206.978
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	963.810	406.825
6.02.02	Aquisições de cotas de FIDC	-1.271.321	-1.056.689
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	2.171.703	1.488.185
6.02.04	Dividendos Recebidos de Controladas	140.848	135.824
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão	-77.420	-160.495
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.021.948	31.405
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-27.560	-11.758
6.03.02	Venda de Ações em Tesouraria pelo exercício de opção de Ações	6.926	3.802
6.03.03	Captação de Empréstimos	4.466.996	920.000
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos	-2.334.639	-5.639
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-81.277	-875.000
6.03.07	Custos incorridos sobre a emissão de dívidas	-8.498	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.103.210	534.180

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	191.400	127.664
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.294.610	661.844

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	9.460	3.708.078	0	12.716	9.430.254
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	9.460	3.708.078	0	12.716	9.430.254
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-24.660	-55.927	0	0	-80.587
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-27.560	0	0	0	-27.560
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	2.900	0	0	0	2.900
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	-55.927	0	0	-55.927
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	166.803	0	-259.224	-92.421
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	166.803	0	0	166.803
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-259.224	-259.224
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-259.224	-259.224
5.07	Saldos Finais	5.700.000	-15.200	3.818.954	0	-246.508	9.257.246

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.878	-857.300	0	0	-862.178
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.758	0	0	0	-11.758
5.04.09	Opção de ações e ações outorgadas	0	6.880	0	0	0	6.880
5.04.12	Dividendos Pagos	0	0	-709.500	0	0	-709.500
5.04.17	Juros sobre o capital próprio propostos	0	0	-147.800	0	0	-147.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	544.774	0	-10.493	534.281
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	544.774	0	0	544.774
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.493	-10.493
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-4.936	-4.936
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.557	-5.557
5.07	Saldos Finais	5.700.000	15.799	3.271.445	0	49.129	9.036.373

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	1.281.013	1.526.521
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.350.734	1.597.286
7.01.02	Outras Receitas	-69.721	-70.765
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-69.721	-70.765
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-702.690	-697.909
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-559.472	-523.872
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-144.795	-145.949
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.790	-2.845
7.02.04	Outros	3.367	-25.243
7.03	Valor Adicionado Bruto	578.323	828.612
7.04	Retenções	-111.894	-73.988
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-111.894	-73.988
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	466.429	754.624
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	169.406	364.699
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.248	50.250
7.06.02	Receitas Financeiras	174.654	314.449
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	635.835	1.119.323
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	635.835	1.119.323
7.08.01	Pessoal	125.069	44.757
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	215.548	376.299
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	128.415	153.493
7.08.03.03	Outras	128.415	153.493
7.08.03.03.01	Despesas com juros e aluguéis incorridos	128.415	153.493
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	166.803	544.774
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	55.927	147.800
7.08.04.02	Dividendos	0	213.216
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	110.876	183.758

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário do Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, acompanhados do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As informações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Stelo, Merchant e-Solutions (“Me-S”) e M4Produtos (aqui denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U”). O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (esta última sem atividades operacionais), foram reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, a controlada Stelo passou a ser consolidada pela controlada Aliança sem a defasagem de um mês, ou seja, passou a consolidar no próprio mês de competência. Essa mudança na prática contábil, em conformidade com Pronunciamento CPC nº23 – Mudanças de políticas contábeis e correções de erro, visou resultar em informação mais confiável e relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, condições ou outros eventos acerca da posição patrimonial e financeira, bem como do desempenho da entidade. Os saldos comparativos apresentados na demonstração financeira estão ajustados para fins de comparabilidade com a nova política adotada, como segue:

(Em R\$ mil)	Lucro Líquido Consolidado Exercício/19	Lucro Líquido Consolidado 1T19	Patrimônio Líquido Consolidado 31/12/2019
Saldos publicados	1.785.882	589.260	13.139.680
Ajuste líquido na consolidação da Stelo (*)	(32.759)	(3.757)	(37.100)
Saldos rerepresentados para fins de comparação	1.753.123	585.503	13.102.580

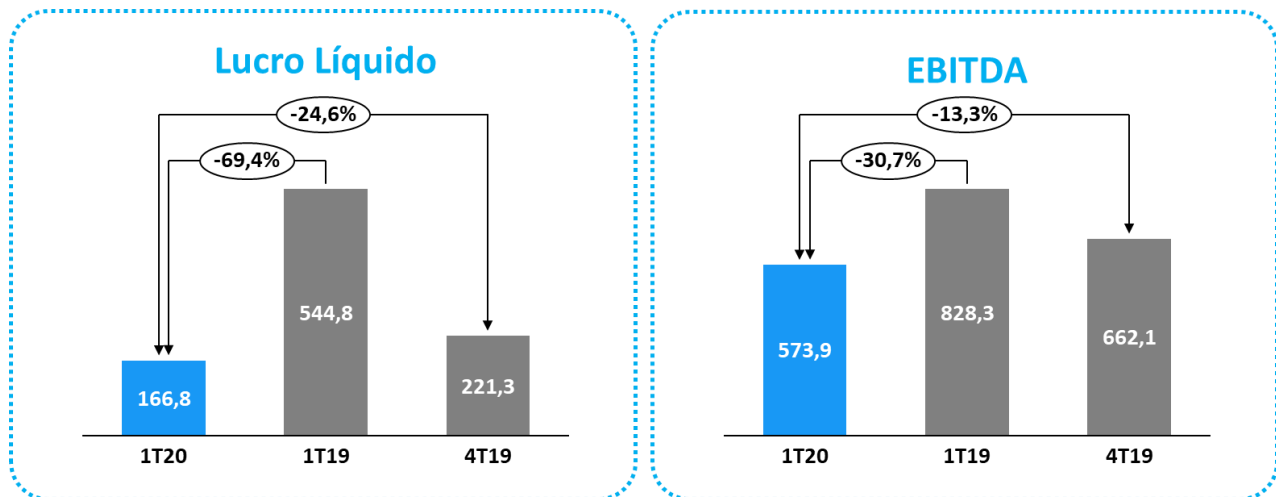
(*) Os valores reportados e os rerepresentados estão detalhados na Nota Explicativa 2.20.

DESTAQUES 1T20

- O volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$ 159,8 bilhões, redução de 16,0% ou R\$ 30,3 bilhões em relação ao 4T19 e aumento de 1,9% ou R\$ 3,0 bilhões em relação ao 1T19;
- A receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.830,9 milhões, redução de 4,9% ou R\$ 146,9 milhões em relação ao trimestre anterior e aumento de 2,0% ou R\$ 56,8 milhões em relação ao 1T19;
- A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 188,9 milhões, representando uma redução de 21,6% em relação ao 4T19 e redução de 37,4% em relação ao 1T19. O produto ARV, atingiu 14,6% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no trimestre, redução de 1,0 ponto percentual em relação ao 4T19 e de 3,0 pontos percentuais em relação ao 1T19;
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas), desconsiderando os efeitos da equivalência patrimonial, totalizaram R\$ 2.575,3 milhões, redução de 1,9% ou R\$ 50,0 milhões em relação ao 4T19 e aumento de 17,9% ou R\$ 391,9 milhões em relação ao 1T19;

Comentário do Desempenho

- O Lucro Líquido Cielo totalizou R\$ 166,8 milhões, redução de 24,6% ou R\$ 54,5 milhões em relação ao 4T19 e redução de 69,4% ou R\$ 378,0 milhões em relação ao 1T19; e
- O EBITDA consolidado totalizou R\$ 573,8 milhões, redução de 13,3% ou R\$ 88,2 milhões em relação ao 4T19 e redução de 30,7% ou R\$ 254,4 milhões em relação ao 1T19.



DESEMPENHO OPERACIONAL 1T20

Volume Financeiro de Transações

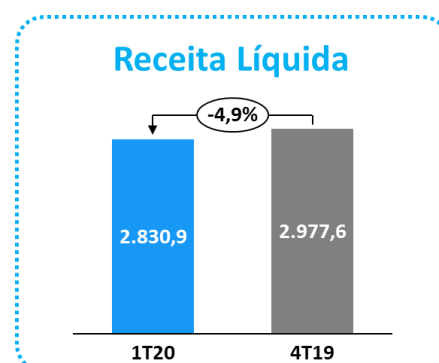
Comparativo Trimestral

No 1T20, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 159,8 bilhões, representando uma redução de 16,0% ou R\$ 30,3 bilhões, quando comparado aos R\$ 190,1 bilhões capturados no 4T19 e um aumento de 1,9% ou R\$ 3,0 bilhões, em comparação aos R\$ 156,8 bilhões do 1T19.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro totalizou R\$ 95,0 bilhões no 1T20, apresentando redução de 16,5% em relação ao 4T19 e um aumento de 1,4% em relação ao 1T19.

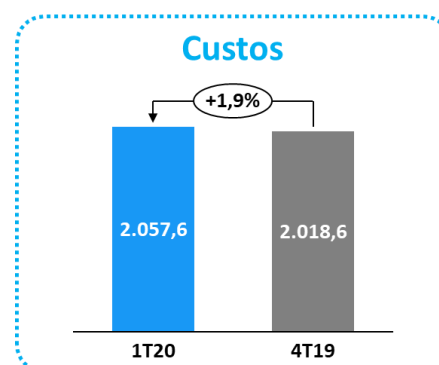
Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 64,8 bilhões no 1T20, uma redução de 15,2% em comparação ao 4T19 e aumento de 2,0% em relação ao 1T19.

Adicionalmente, a Cielo capturou 1.648,8 milhões de transações no 1T20, um decréscimo de 13,7% em relação ao 4T19 e de 3,4% em relação ao 1T19.

Comentário do Desempenho**DESEMPENHO FINANCEIRO 1T20****COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019****Receita Líquida****Comparativo Trimestral**

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.830,9 milhões no 1T20, uma redução de 4,9% ou R\$ 146,7 milhões em relação à receita do 4T19 de R\$ 2.977,6 milhões.

A diminuição da receita líquida está relacionada à redução do volume capturado pela sazonalidade do negócio de aquisição (que impacta a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações na Cielo e na Stelo) e de gestão de cartões da bandeira Ourocard da controlada Cateno, em função das datas festivas do 4T19, bem como pelos primeiros efeitos da pandemia da COVID-19, e ao aumento nos descontos sobre alugueis de terminais concedidos aos clientes. Essa redução foi parcialmente compensada pela expansão dos negócios de revenda de recarga de celular na M4U, pela valorização do dólar sobre as receitas da operação americana (Merchant e-Solutions) e pela mudança no objeto do contrato de incentivo com os bancos (os novos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes prestados pelos bancos passaram a ser registrados como custo dos serviços prestados no 1T20).

Custos dos Serviços Prestados**Comparativo Trimestral**

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 2.057,6 milhões no 1T20, representando um aumento de R\$ 39,0 milhões, ou 1,9% em comparação ao 4T19. O acréscimo decorre sobretudo pelos seguintes eventos:

- (i) Redução nos **custos relacionados à transação na Cielo e Stelo** de R\$ 31,0 milhões em relação ao 4T19, decorrente principalmente da diminuição dos gastos com *fees* de bandeiras devido à queda do volume capturado pela sazonalidade do negócio e pelos primeiros efeitos da pandemia da COVID-19. Esta redução foi parcialmente compensada com os gastos incorridos com serviços de prospecção e manutenção de clientes prestados pelos bancos a partir de 1º de janeiro de 2020 (em substituição aos contrato de incentivos);
- (ii) Aumento líquido de R\$ 28,7 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana Me-S e custos na Cielo Inc** diretamente relacionado à apreciação do dólar médio no período;

Comentário do Desempenho

- (iii) Aumento líquido de R\$ 25,4 milhões nos **custos com serviços prestados na controlada M4U**, relacionado aos custos de créditos de telefonia celular devido à expansão dos negócios de revenda de recarga virtual;
- (iv) Aumento de R\$ 12,9 milhões em **outros custos da Cielo**, incluindo custos de pessoal, correspondente ao complemento de 2019 de participação de lucros a seus colaboradores, vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, bem como ao aumento de custos rescisórios;
- (v) Aumento líquido de R\$ 3,8 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, praticamente em linha com 4T19;
- (vi) Redução de R\$ 1,4 milhão em **custos vinculados aos equipamentos da Cielo e da Stelo**, relacionado a menor requisição de suprimentos (bobinas e postagens), ativação e manutenção de terminais, compensado por aumento nas rubricas de depreciação de terminais de captura e de amortização de subsídio, devido às aquisição de equipamento de captura e à concentração de máquinas subsidiadas vendidas e entregues no 4T19, respectivamente.

Despesas Operacionais

Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 516,6 milhões no 1T20, apresentando uma redução de R\$ 88,0 milhões ou 14,6%, em relação ao 4T19. A redução decorre dos pelos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram em R\$ 28,7 milhões ou 17,3% em relação ao trimestre anterior, de R\$ 165,9 milhões no 4T19 para R\$ 194,6 milhões no 1T20. O aumento decorre da revisão pontual do plano de ações restritas (remuneração baseada em ações) ocasionando menores gastos no 4T19.

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, reduziram R\$ 11,1 milhões, ou 8,9% em relação ao trimestre anterior, de R\$ 124,5 milhões no 4T19 para R\$ 113,4 milhões no 1T20. O decréscimo está relacionado ao resultado de ações de redução de custos e despesas e de ganho de eficiência operacional.

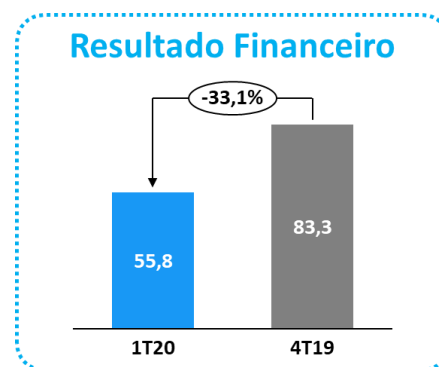
Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 79,7 milhões ou 46,5%, para R\$ 91,7 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 171,4 milhões no 4T19. A redução decorre da substituição da força comercial terceirizada por força comercial própria para credenciamento de novos clientes na Controladora, bem como da concentração de gastos com produção de campanhas e gastos com ações comerciais no 4T19.

Outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingências - As outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingências, reduziram R\$ 27,0 milhões ou 18,6%, para R\$ 118,0 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 145,0 milhões no 4T19. O decréscimo está relacionado ao reconhecimento pontual, no 4T19, de expectativa de perda na cobrança de serviços de trava de domicílio bancário e de contingência de processos cíveis.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 55,8 milhões no 1T20, representando uma redução de 32,9% ou R\$ 27,5 milhões em relação ao 4T19, que obteve um resultado de R\$ 83,3 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 2,7 milhões ou 7,5%, para R\$ 33,1 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 35,8 milhões no 4T19, sem variações relevantes no período.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$ 14,7 milhões ou 8,0%, para R\$ 169,0 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 183,7 milhões no 4T19. O decréscimo está sobretudo relacionado à redução da taxa Selic, parcialmente compensado pelo aumento da operação de cessão de recebíveis, cujos recursos foram utilizados para fomento da operação do ARV e do produto pagamento em dois dias.

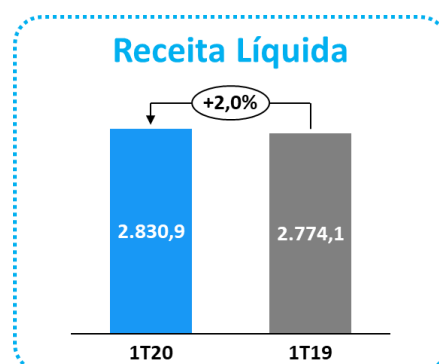
Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 188,9 milhões no 1T20, apresentando um redução de R\$ 51,9 milhões ou 21,6%, quando comparada com os R\$ 240,8 milhões no 4T19. A redução está substancialmente relacionada à queda no volume de crédito adquirido no período, redução do *spread* em alguns segmentos e queda da taxa média da DI.

Variação Cambial, líquida – A variação cambial líquida totalizou R\$ 2,8 milhão de ganho no 1T20, representando uma variação de R\$ 12,5 milhões, quando comparada à perda de R\$ 9,6 milhões no 4T19. A variação está relacionada ao efeito cambial sobre recebíveis de cartões em moeda estrangeira.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2019

Receita Líquida

Comparativo Trimestral



A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$ 2.830,9 milhões no 1T20, representando um aumento de 2,0% ou R\$ 56,8 milhões, quando comparada aos R\$ 2.774,1 milhões no 1T19.

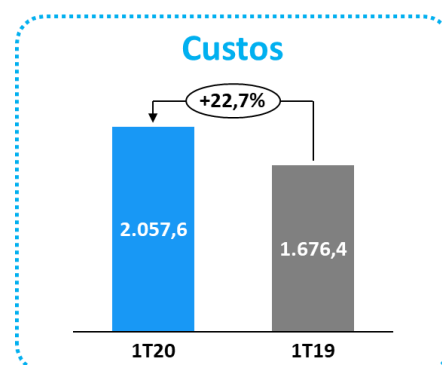
O aumento das receitas líquidas consolidadas é resultado da expansão das vendas de recarga de celular pela controladas M4U, das receitas na modalidade de pagamento em 2 dias na Controladora, bem como da valorização do dólar sobre as receitas da operação americana (Merchant e-Solutions). Esse aumento, também impulsionado pela mudança na contabilização dos incentivos (atualmente registrados como custo de serviços prestados pelos bancos), foi parcialmente compensado pela redução nas receitas provenientes de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações e nas receitas de aluguel de terminais de

Comentário do Desempenho

captura na Cielo, impactadas pela pressão nos preços médios, pelo aumento do business de venda de soluções de captura ao longo dos últimos períodos e pelos primeiros impactos da pandemia da COVID-19.

Custos dos Serviços Prestados

Comparativo Trimestral



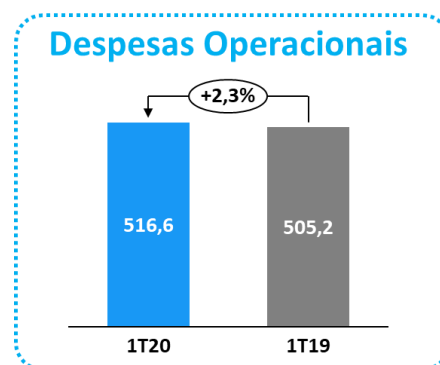
O **custo dos serviços prestados** totalizou R\$ 2.057,6 milhões no 1T20, representando um aumento de R\$ 381,2 milhões ou 22,7%, quando comparado aos R\$ 1.676,4 milhões realizado no mesmo trimestre do exercício anterior. O aumento decorre dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 146,5 milhões nos **custos com serviços prestados pelas controladas M4U**, diretamente relacionado aos custos de créditos de telefonia celular devido à expansão dos negócios de revenda de recarga virtual;
- (ii) Aumento líquido de R\$ 98,0 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana Me-S e custos na Cielo Inc**, impacto principalmente pela apreciação do dólar médio no período, além do aumento nas linhas de intercâmbio e remuneração de bandeira (em linha com o acréscimo no volume capturado e receita auferida no período), compensado parcialmente pela reestruturação da controlada Merchant e-Solutions;
- (iii) Aumento de R\$ 70,2 milhões nos **custos relacionados a equipamentos na Cielo e Stelo**, substancialmente relacionado à amortização de subsídios na venda de terminais de captura e à depreciação de equipamentos de captura, devido à concentração das vendas de terminais subsidiados e às aquisições de equipamento de captura ao longo de 2019, respectivamente;
- (iv) Aumento de 43,4 milhões nos **custos relacionados à transação na Cielo e da Stelo**, relacionado à contratação de serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes junto aos bancos (novo contrato) e ao acréscimo do volume de transações capturadas, impactando as rubricas de *fees* de bandeiras;
- (v) Aumento líquido de R\$ 17,3 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, relacionado ao acréscimo com gestão de cartões e com remuneração de bandeiras, em virtude do aumento na volumetria de impressão e postagem de faturas, e no volume transacionado, respectivamente;
- (vi) Aumento de R\$ 8,7 milhões em **outros custos da Cielo**, incluindo custo de pessoal, correspondente ao reajuste salarial (acordo coletivo) no 2S19 e ao complemento de participação nos lucros a seus colaboradores de 2019, registrado no 1T20, vinculado à remuneração e ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos.

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 516,6 milhões no 1T20, apresentando um aumento de R\$ 11,4 milhões ou 2,3% quando comparadas com R\$ 505,2 milhões no 1T19. O aumento ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$ 7,5 milhões ou 4,0%, para R\$ 194,6 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 187,0 milhões no 1T19. O aumento decorre, sobretudo, do reajuste salarial (acordo coletivo) realizado no 2S19 e do complemento de participação nos lucros a seus colaboradores de 2019, registrado no 1T20, vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos.

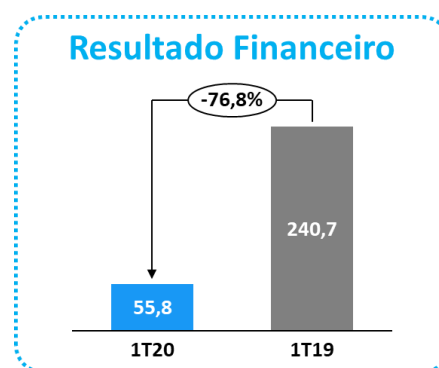
Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$ 12,2 milhões ou 12,1%, para R\$ 113,4 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 101,2 milhões no 1T19. O acréscimo está relacionado aos maiores gastos resultantes do processo de reestruturação da controlada Merchant e-Solutions, impactados também pela apreciação do dólar, compensado parcialmente por menores gastos com serviços profissionais nas controladas Cateno e Stelo.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 4,2 milhões ou 4,4%, para R\$ 91,7 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 95,9 milhões no 1T19. A redução decorre da substituição da força comercial terceirizada por força comercial própria para credenciamento de novos clientes na Controladora e de menores gastos com campanhas de marketing em relação ao 1T19.

Outras despesas operacionais líquidas – As outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingências, reduziram R\$ 4,9 milhões ou 4,0%, para R\$ 118,0 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 122,9 milhões no 1T19. O decréscimo está relacionado a menor expectativa de perda de equipamentos de captura e com contingências cíveis.

Resultado Financeiro

Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 55,8 milhões no 1T20, uma redução de R\$ 184,8 milhões ou 76,8% em relação ao 1T19, que obteve um resultado de R\$ 240,7 milhões. A redução ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 12,0 milhões ou 26,7%, para R\$ 33,1 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 45,1 milhões no 1T19. A diminuição está substancialmente relacionada ao menor saldo médio de aplicação financeira no 1T20, devido à utilização do caixa para fomento da operação de ARV e do produto pagamento em dois dias, bem como pela redução da taxa CDI no período.

Comentário do Desempenho

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R\$ 29,0 milhões ou 20,7%, para R\$ 169,0 milhões no 1T20, comparadas com os R\$ 140,0 milhões no 1T19. O aumento está sobretudo relacionado ao incremento do endividamento médio da Cielo (destaque para a emissão das debêntures públicas em junho de 2019 e do aumento da operação de cessão de recebíveis), cujos recursos foram utilizados para fomento da operação de ARV e do produto pagamento em dois dias, compensado parcialmente pela redução da taxa CDI no período.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 188,9 milhões no 1T20, apresentando uma redução de R\$ 113,1 milhões ou 37,4%, quando comparada com os R\$ 302,0 milhões no 1T19. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do volume adquirido, parte em função da migração para o produto pagamento em dois dias, e à redução do spread para alguns segmentos de clientes.

Varição Cambial, líquida – A variação cambial líquida totalizou R\$ 2,8 milhão de ganho no 1T20, representando uma variação de R\$ 30,7 milhões, quando comparada com ao ganho de R\$ 33,5 milhões no 1T19. A variação corresponde ao ganho cambial sobre operações em dólar no 1T19 incorrida até a contratação de instrumento financeiro adquirido para proteção da variação cambial sobre os *bonds*, no início desse mesmo período.

EBITDA

EBITDA

Evolução Trimestral

O EBITDA consolidado totalizou R\$ 573,9 milhões no 1T20, representando uma redução de 13,3% em relação ao 4T19 e de 30,7% sobre o 1T19, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	1T20	1T19	4T19
Lucro Líquido Cielo	166,8	544,8	221,3
Outros acionistas que não a Cielo	35,8	40,7	65,4
Resultado Financeiro Líquido	(55,8)	(240,7)	(83,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	109,9	247,8	151,0
Depreciação e Amortização	317,1	235,7	307,7
EBITDA	573,9	828,3	662,1
% Margem EBITDA	20,3%	29,9%	22,2%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Comentário do Desempenho

IMPACTOS DA PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19

Em março de 2020, já foram sentidos impactos iniciais da pandemia da COVID-19, com redução de volume capturado na Cielo e na Cateno, e consequente efeito na receita de comissão e de intercâmbio, respectivamente. Adicionalmente, tão logo do início do surto no Brasil, a estratégia de gestão de caixa passou a privilegiar o aumento da liquidez da Sociedade e a alocação de capital em produtos de prazo que atendam clientes de médio e pequeno portes.

Como o desempenho operacional e financeiro da Cielo tem uma forte dependência do consumo nacional e consequentemente do volume de transações no mercado de cartões, a Sociedade espera um impacto relevante em seus resultados de 2020, em particular a partir do 2º trimestre do ano, a afetar as três principais linhas de receita (receita de comissão, de aluguel de POS e de aquisição de recebíveis). Além desses efeitos, espera-se impactos nas estimativas contábeis aplicadas na avaliação de provisão para perdas com créditos incobráveis, contestações, cancelamentos e chargebacks, assim como nas expectativas de recuperação de equipamentos de captura. Essas premissas estão sendo reavaliadas com prudência, pois é provável que haja um aumento nas perdas percebidas pela Cielo a partir do 2º trimestre de 2020, embora possa ser um evento temporário e de curto prazo. Até a divulgação dos resultados do 1º trimestre de 2020, não houve materialização do aumento de perdas decorrentes da pandemia, bem como, ainda não haviam informações suficientes para se projetar adequadamente o eventual aumento futuro dessas perdas.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Sociedade acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado, a Sociedade vem realizando diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Companhia, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Companhia e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Companhia.

Importante destacar que, desde 2013, a Companhia instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2019 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança

Comentário do Desempenho

Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Companhia, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros *ad hoc* do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) *a priori*, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que será objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 9 (nove) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Fórum de Investimentos Sociais e Culturais, Fórum de Preços, Fórum de Projetos, Fórum de Diversidade Fórum de Inovação e Fórum de Produtos e Serviços.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Companhia, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de

Comentário do Desempenho

colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

O plano tem ações previstas para o intervalo de 2017 a 2021 e, algumas práticas já começaram a ser implementadas, como, por exemplo, o Programa de Diversidade, que foi estruturado no 2º semestre de 2019. Tal programa conta com 4 grupos de afinidades (Etnia, LGBTQI+, Gênero e PCDs) e visam promover a acessibilidade e equidade em todas as relações. Outro resultado já alcançado decorrente do Planejamento Estratégico foi a certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) NBR ISO14.001 para sede da Cielo.

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia irá publicar, em maio de 2020, o Relatório de Sustentabilidade 2019, o qual está sendo elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Companhia, integra, pelo sexto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Companhia, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Em 2019, a Companhia integrou, pelo quarto ano consecutivo, a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), na categoria World (com vigência até setembro de 2020). Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 1T20, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o 1º trimestre de 2020, que consiste na asseguarção limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2019. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da

Comentário do Desempenho

auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação foi de R\$ 173 mil e representa cerca de 8,5% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2020 da Controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Stelo, Orizon, e Fundos de Investimentos (FIDC's).

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Notas Explicativas

Informações consolidadas ITR

Em conformidade com a Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, a Sociedade optou por elaborar suas Informações contábeis individuais e consolidadas trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais, uma vez que os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas são aplicáveis, somente, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB. Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa Individual e Consolidado e o Valor Adicionado Individual e Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN:

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2020	31/03/2019 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	17	1.210.986	1.432.490	2.830.880	2.774.114
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	<u>(726.335)</u>	<u>(643.922)</u>	<u>(2.057.677)</u>	<u>(1.676.359)</u>
LUCRO BRUTO		484.651	788.568	773.203	1.097.755
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Pessoal	18	(83.118)	(85.768)	(194.556)	(187.025)
Gerais e administrativas	18	(122.670)	(117.234)	(113.372)	(101.207)
Vendas e marketing	18	(28.257)	(40.331)	(91.749)	(95.996)
Equivalência patrimonial	9	(5.248)	50.250	1.120	1.987
Outras despesas operacionais, líquidas	19	<u>(68.144)</u>	<u>(98.853)</u>	<u>(117.990)</u>	<u>(122.930)</u>
LUCRO OPERACIONAL		177.214	496.632	256.656	592.584
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	4.049	5.686	33.090	45.141
Despesas financeiras	25	(123.926)	(83.739)	(169.016)	(139.994)
Aquisição de recebíveis e FIDC	25	167.753	275.256	188.939	302.037
Variação cambial, líquida	25	<u>2.852</u>	<u>33.507</u>	<u>2.842</u>	<u>33.512</u>
		<u>50.728</u>	<u>230.710</u>	<u>55.855</u>	<u>240.696</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		227.942	727.342	312.511	833.280
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	8	1.891	(202.535)	(52.876)	(281.918)
Diferidos	8	<u>(63.030)</u>	<u>19.967</u>	<u>(57.019)</u>	<u>34.141</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		166.803	544.774	202.616	585.503
Atribuído a:					
Acionistas controladores				166.803	544.774
Outros acionistas que não a Cielo				<u>35.813</u>	<u>40.729</u>
				202.616	585.503
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	<u>0,06157</u>	<u>0,20058</u>	<u>0,06157</u>	<u>0,20058</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	<u>0,06143</u>	<u>0,20039</u>	<u>0,06143</u>	<u>0,20039</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2020	31/03/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do trimestre	166.803	544.774	202.616	585.503
Resultados abrangentes				
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(259.224)	(4.936)	(259.224)	(4.936)
Benefício pós-emprego	-	(5.557)	-	(5.557)
Movimentações do trimestre	(259.224)	(10.493)	(259.224)	(10.493)
Resultado abrangente total do trimestre	(92.421)	534.281	(56.608)	575.010
Atribuído a:				
Acionistas controladores			(92.421)	534.281
Outros acionistas que não a Cielo			35.813	40.729

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros											
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de tesouraria	Acções em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Total de participação dos acionistas controladores	Participação de outros acionistas que não a Cielo	Total do Patrimônio líquido
(Reapresentado)												
Saldo em 01 de janeiro de 2019	5.700.000	71.255	(50.578)	(11.758)	1.049.745	1.824.726	709.500	-	59.622	9.364.270	3.666.084	13.030.274
Aquisição de ações em tesouraria	-	6.880	(11.758)	-	-	-	-	-	-	(11.758)	-	(11.758)
Apções restritas outorgadas	-	(3.802)	3.802	-	-	-	-	-	-	6.880	-	6.880
Venda/transfência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	-	-	-	-	544.774	-	544.774	-	544.774
Destinação sobre o lucro líquido do trimestre:												
Reserva legal	-	-	-	-	27.427	-	-	(27.427)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	(147.800)	-	(147.800)	-	(147.800)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	37.574	(37.574)	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(709.500)	(709.500)	-	(709.500)	-	(709.500)
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório propostos	-	-	-	-	-	-	175.642	(175.642)	-	-	-	-
Destinação reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	156.331	-	(156.331)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:												
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.956)	(4.956)	-	(4.956)
Benefício por emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.557)	(5.557)	-	(5.557)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.051)	(50.051)
Saldo em 31 de março de 2019	5.700.000	74.333	(58.534)	(8.534)	1.077.172	1.981.057	213.216	-	49.129	9.836.373	3.656.702	12.093.075
Saldo em 01 de janeiro de 2020	5.700.000	65.658	(56.198)	(27.560)	1.128.753	2.579.325	-	-	12.716	9.430.254	3.672.325	13.102.579
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.560)	-	(27.560)
Apções restritas outorgadas	-	2.900	-	-	-	-	-	-	-	2.900	-	2.900
Venda/transfência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(6.926)	6.926	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	-	-	-	-	166.803	-	166.803	-	166.803
Destinação sobre o lucro líquido do trimestre:												
Reserva legal	-	-	-	-	8.340	-	-	(8.340)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(55.927)	-	(55.927)	-	(55.927)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	102.556	-	(102.556)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:												
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.592.224)	(2.592.224)	-	(2.592.224)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.317)	(57.317)
Saldo em 31 de março de 2020	5.700.000	61.652	(76.832)	(76.832)	1.137.093	2.681.861	-	-	(246.500)	9.257.246	3.650.821	12.908.067

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	227.942	727.342	312.511	833.280
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	111.894	73.988	317.138
Baixas/perdas de imobilizado e intangível	10 e 11	1.902	8.520	12.578
Equivalência patrimonial	9	5.248	(50.250)	(1.120)
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	(127.681)
Opções de ações outorgadas		(4.026)	3.078	(4.026)
Perdas com créditos incobráveis e fraude	19	66.163	74.983	102.473
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	(10.231)	36.122	(11.535)
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	255.986	29.019	727.905
Resultado com instrumentos financeiros		(251.320)	(79.757)	(251.320)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	91.612	82.686	110.982
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	11.426	-	11.426
Rendimento de participação no FIDC	6	(175.934)	(286.486)	-
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:				
Rendas a receber		9.139	(30.698)	95.194
Contas a receber de emissores		10.607.329	(1.887.696)	10.160.932
Contas a receber com partes relacionadas		(12.320)	(7.311)	(2.124)
Créditos tributários		63.031	(22.829)	69.121
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		(62.264)	(43.317)	224.837
Devedores por depósitos em garantia		5.507	(1.214)	4.763
Despesas antecipadas		5.653	(7.434)	(2.775)
Outros ativos		82.403	(37.651)	104.683
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Sociais e estatutárias		(51.689)	(39.833)	(7.260)
Fiscais e previdenciárias		(74.110)	(65.616)	(195.705)
Contas a pagar a estabelecimentos		(10.731.489)	2.197.212	(10.038.012)
Contas a pagar com partes relacionadas		(821.545)	(248.812)	-
Provisões para contingências		(9.242)	2.423	(9.432)
Outros passivos		(69.825)	8.578	(92.638)
Caixa proveniente/(utilizado) das operações		(728.760)	435.047	1.510.915
Juros pagos	12	(97.081)	(132.119)	(97.081)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(56.707)	(206.978)	(310.273)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(882.548)	95.950	1.103.561
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aquisições) de cotas FIDC's		(1.271.321)	(1.056.689)	-
Resgate de cotas FIDC's		2.171.703	1.488.185	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	140.848	135.824	2.124
(Aquisições) de imobilizado de uso	10	(28.183)	(146.270)	(30.998)
(Aquisições) de intangível	11	(49.237)	(14.225)	(69.382)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		963.810	406.825	(98.256)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	(27.560)	(11.758)	(27.560)
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações		6.926	3.802	6.926
Captação de empréstimos	12	4.466.996	920.000	4.466.996
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(2.334.639)	(5.639)	(2.334.639)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	12	(8.498)	-	(8.498)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(81.277)	(875.000)	(220.001)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		2.021.948	31.405	1.883.224
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa no exterior		-	-	(259.228)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.103.210	534.180	2.629.301
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	4, 5 e 6	2.294.610	661.844	5.841.693
Saldo inicial	4, 5 e 6	191.400	127.664	3.212.392
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.103.210	534.180	2.629.301

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2020	31/03/2019 (Reapresentado)
RECEITAS					
Vendas de serviços	17	1.350.734	1.597.286	3.112.227	3.062.475
Perda com créditos incobráveis e fraude	19	(69.721)	(70.765)	(106.223)	(90.853)
		1.281.013	1.526.521	3.006.004	2.971.622
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Gastos com serviços prestados		(559.472)	(523.872)	(1.727.988)	(1.428.935)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(144.795)	(145.949)	(144.507)	(139.201)
Outros gastos, líquidos	19	3.367	(25.243)	(9.977)	(28.813)
(Perda) recuperação na realização de ativos	19	(1.790)	(2.845)	(1.790)	(3.264)
		(702.690)	(697.909)	(1.884.262)	(1.600.213)
VALOR ADICIONADO BRUTO		578.323	828.612	1.121.742	1.371.409
Retenções					
Depreciações e amortizações	10 e 11	(111.894)	(73.988)	(317.138)	(235.718)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		466.429	754.624	804.604	1.135.691
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Equivalência patrimonial	9	(5.248)	50.250	1.120	1.987
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis, líquidas	25	174.654	314.449	224.871	380.690
		169.406	364.699	225.991	382.677
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		635.835	1.119.323	1.030.595	1.518.368
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		(104.837)	(25.922)	(212.723)	(201.487)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(20.232)	(18.835)	(31.366)	(26.966)
Impostos, taxas e contribuições		(215.548)	(376.299)	(413.415)	(537.497)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(128.415)	(153.493)	(166.551)	(166.915)
Dividendos e JCP pagos		-	(185.374)	(56.721)	(185.374)
Dividendos e JCP propostos		(55.927)	(175.642)	(55.927)	(175.642)
Retenção de lucros		(110.876)	(183.758)	(58.079)	(183.758)
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	(35.813)	(40.729)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		(635.835)	(1.119.323)	(1.030.595)	(1.518.368)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do trimestre

No trimestre findo em 31 de março de 2020, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 13 de fevereiro de 2020, foi realizado o pagamento dos juros sobre capital próprio (“JCP”) no montante de R\$ 81.277, relativos ao 4º trimestre de 2019.
- No 1º trimestre de 2020, foram realizadas operações de Cessão de Recebíveis no montante de R\$ 4,7 bilhões, sem direito de regresso e sem coobrigação, a um custo médio de 140,31% do CDI. O saldo de contas a receber de emissores, no ativo, está apresentado líquido dos valores cedidos.
- No 1º trimestre de 2020, foram captados pela Sociedade R\$ 4,47 bilhões em contratos de Cédula de Crédito Bancário e outras linhas de crédito de curto prazo (a taxa média de 116,75% CDI), cujo saldo em aberto em 31 de março de 2020 totaliza R\$ 2,5 bilhões.
- A partir de 1º de janeiro de 2020, a controlada Stelo passou a ser consolidada pela controlada Aliança sem a defasagem de um mês, ou seja, passou a consolidar no próprio mês de competência. Essa mudança na prática contábil visou resultar em informação mais confiável e relevante nas demonstrações contábeis. Os saldos comparativos estão apresentados na nota explicativa 2.20 para fins de comparabilidade com a nova política adotada.
- Em março, já foram sentidos impactos iniciais da pandemia da COVID-19, com redução de volume capturado na Cielo e na Catenó, e conseqüente efeito na receita de comissão e de intercâmbio, respectivamente. Como estratégia da gestão de caixa, passou-se a privilegiar o reforço de liquidez da Sociedade e a aplicação dos recursos em produtos de prazo para clientes de médio e pequeno portes. Até a divulgação dos resultados do 1º trimestre de 2020, não houve materialização do aumento de perdas decorrentes da pandemia.

Notas Explicativas

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Informações Contábeis

As informações contábeis da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), denominadas em conjunto “COSIF” e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

As informações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 28 de abril de 2020.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente

Notas Explicativas

de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas (aplicações interfinanceiras de liquidez), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.6 Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Sociedade em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida

Notas Explicativas

ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os títulos e valores mobiliários perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das informações contábeis.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em outros resultados abrangentes, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em outros resultados abrangentes, é imediatamente reportado na demonstração

Notas Explicativas

do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.8 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas pela Me-S

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.9 Investimentos

Nas informações contábeis individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas informações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As informações contábeis das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

Notas Explicativas

2.10 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.13 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

Notas Explicativas

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas informações contábeis individuais. Nas informações contábeis consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.14 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das informações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.15 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Sociedade possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.16 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada

Notas Explicativas

período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.18 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19 Adoção inicial de normas

A Sociedade adotou inicialmente a Circular BACEN nº 3.959/19, que altera o modelo de publicação das informações contábeis.

No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Sociedade quanto à classificação de seus ativos e passivos, a partir dos requisitos da Circular BACEN nº 3.959/19:

Ativo/Passivo	Classificação anterior	Classificação Circular nº 3.959
Disponibilidades	Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações em fundos de investimentos e demais aplicações financeiras	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa
Derivativos	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Instrumentos financeiros derivativos
Fundo de investimento em direitos creditórios	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Fundo de investimento em direitos creditórios

Notas Explicativas

Outros ativos	Outros	Outras contas a receber operacionais
Outros valores e bens	Outros valores e bens	Outros valores a receber
Depósitos judiciais	Devedores por depósito em garantia	Depósitos judiciais
Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes

Após as análises realizadas, a Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Informações Contábeis.

2.20 Alteração de política contábil – Reconhecimento da Equivalência Patrimonial da controlada Stelo

Em 14 de setembro de 2018, a Sociedade adquiriu o controle indireto das ações da controlada Stelo por meio de sua controlada Aliança, que comprou 70% de participação na Stelo, passando a deter 100% do capital social da empresa. A partir dessa data, as atividades da Stelo ganharam representatividade na estratégia do Grupo, principalmente na atuação com o segmento de clientes Empreendedores.

Na consolidação das informações contábeis até 31 de dezembro de 2019, foram utilizadas as informações contábeis da controlada indireta Stelo com um mês de defasagem. Nas informações contábeis individuais, da mesma forma, foram utilizadas as informações contábeis da Stelo referentes a 30 dias antes da data dos demonstrativos para efeito de cálculo do investimento.

Com o objetivo de obter informações contábeis mais relevantes e confiáveis ao desempenho financeiro do Grupo, a Administração da Sociedade optou por mudar a política contábil de consolidação da controlada indireta Stelo a partir de 1º de janeiro de 2020, deixando de reconhecer a equivalência com defasagem de 30 dias e passando a consolidar suas informações contábeis no mesmo período de competência da controladora Cielo.

A Administração entendeu que a nova política contábil utilizada para o reconhecimento do resultado da equivalência patrimonial da controlada Stelo traria maior transparência, maior aderência à performance financeira do período e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa mudança de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência da aplicação deste pronunciamento, a Sociedade preparou o balanço de abertura considerando a aplicação da alteração de política contábil em 2019. Para fins comparativos, foram preparadas também as informações financeiras consolidadas referentes às demonstrações do resultado para o trimestre findo em 31 de março de 2019 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas**Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado
Ativo:						
Circulante	81.021.605	-	81.021.605	77.545.368	(79.648)	77.465.720
Não circulante	12.495.482	(37.100)	12.458.382	14.346.887	(28.288)	14.318.599
Total do ativo	93.517.087	(37.100)	93.479.987	91.892.255	(107.936)	91.784.319
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	74.533.409	-	74.533.409	68.402.838	(68.512)	68.334.326
Não circulante	9.516.324	-	9.516.324	10.349.737	(2.324)	10.347.413
Patrimônio líquido	9.467.354	(37.100)	9.430.254	13.139.680	(37.100)	13.102.580
Total do passivo e patrimônio líquido	93.517.087	(37.100)	93.479.987	91.892.255	(107.936)	91.784.319

Demonstração do resultado referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	1T19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	1T19 Reapresentado	1T19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	1T19 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	1.432.490	-	1.432.490	2.773.094	1.020	2.774.114
Lucro bruto	788.568	-	788.568	1.112.870	(15.115)	1.097.755
Lucro operacional antes do resultado financeiro	500.389	(3.757)	496.632	585.758	6.826	592.584
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	731.099	(3.757)	727.342	833.872	(592)	833.280
Lucro líquido do trimestre	548.531	(3.757)	544.774	589.260	(3.757)	585.503

	Controladora			Consolidado		
	2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	2019 Reapresentado	2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	2019 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	5.300.680	-	5.300.680	11.347.305	6.538	11.353.843
Lucro bruto	2.663.118	-	2.663.118	4.095.097	(13.734)	4.081.363
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.447.453	(32.759)	1.414.694	1.938.123	(31.542)	1.906.581
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	1.988.836	(32.759)	1.956.077	2.521.241	(30.556)	2.490.685
Lucro líquido do exercício	1.580.151	(32.759)	1.547.392	1.785.882	(32.759)	1.753.123

(*) Efeito da mudança no procedimento de consolidação da Stelo, que passou a ser consolidado dentro do mês de competência.

Notas Explicativas

3 Informações consolidadas

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

Nas informações contábeis individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação aos FIDCs, a Sociedade consolida as suas informações contábeis por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade dos FIDCs está vinculada às quotas mantidas pela Sociedade. No processo de consolidação dos FIDCs foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Sociedade e os FIDCs.

Na elaboração das informações contábeis consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 31 de março de 2020, o Grupo está composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/03/2020	31/12/2019	
Participação direta em controladas e fundos:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	-	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman foi encerrada em 23 de março de 2020.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	77,97	79,59	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento

Notas Explicativas

Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	100,00	operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros. Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade é composto pelos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos (exceto FIDCs) e certificados de depósitos bancários ("CDB") apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades	56.118	59.863	572.081	237.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	304.726	255.856
Títulos e valores mobiliários	2.238.492	131.537	4.964.886	2.718.932
Total	2.294.610	191.400	5.841.693	3.212.392

Notas Explicativas

Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos:				
Em moeda nacional	34.744	35.236	28.971	27.470
Em moeda estrangeira	21.374	24.627	543.110	210.134
Total	56.118	59.863	572.081	237.604

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não possuía saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Consolidado		
	Acima de 180	31/03/2020	31/12/2019
Aplicações no mercado aberto			
Aplicações em moeda estrangeira	287.062	287.062	255.840
Compromissadas	14.602	14.602	-
Outras aplicações	3.062	3.062	16
Total	304.726	304.726	255.856

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

Títulos e valores mobiliários

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

	Controladora						31/12/2019	
	31/03/2020				Total		Total	
	Faixa de vencimento				Valor de Mercado (*)	Valor de Custo (*)	Valor de Mercado	Valor de Custo
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365				
Mantidos para Negociação								
Títulos privados								
Cotas de fundos de investimento	-	1.334.288	801.864	1.064	2.137.216	2.137.216	9.364	9.364
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	100.341	100.341	100.341	121.194	121.194
Outros	-	935	-	-	935	935	979	979
Total	-	1.335.223	801.864	101.405	2.238.492	2.238.492	131.537	131.537
	Consolidado						31/12/2019	
	31/03/2020				Total		Total	
	Faixa de vencimento				Valor de Mercado (*)	Valor de Custo (*)	Valor de Mercado	Valor de Custo
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365				
Mantidos para Negociação								
Títulos públicos								
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	31.428	31.428	31.428	33.007	33.007
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	83.116	83.116	83.116	81.264	81.264
Mantidos para Negociação								
Títulos privados								
Cotas de fundos de investimento	45.759	1.334.288	801.864	105.364	2.287.275	2.287.275	134.714	134.714
Letras Financeiras - LF	-	-	-	1.624.401	1.624.401	1.624.401	1.941.649	1.941.649
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	177.853	-	720.544	898.397	898.397	497.542	497.542
Outros	-	935	-	39.334	40.269	40.269	30.756	30.756
Total	45.759	1.513.076	801.864	2.604.187	4.964.886	4.964.886	2.718.932	2.718.932

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

Notas Explicativas

5 Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo:				
Instrumentos financeiros derivativos	302.550	48.580	302.550	48.580
Total	302.550	48.580	302.550	48.580
Passivo:				
Instrumentos financeiros derivativos	50.163	47.513	50.163	47.513
Total	50.163	47.513	50.163	47.513

“Hedge” de risco de mercado

A Sociedade, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166, equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para a qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Assim, em 31 de março de 2020, a Sociedade permanece exposta somente com a ponta passiva do “swap”, que possui valor *nocional* em reais no montante de R\$ 504.328, remunerados à 104,15% da taxa média diária do certificado de depósito interbancário (CDI).

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo, a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 31 de março de 2020, a posição do contrato de “swap” refletia um valor justo a receber de R\$ 140.304 (R\$ 13.480 a pagar em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

31/03/2020						31/12/2019	
Vencimento da Operação	Valorização					Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	MTM Ativo	MTM Passivo	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
27/08/2020	504.328	172.917	(1.862)	14.585	(45.336)	140.304	(13.480)

Em 31 de março de 2020, a relação de “*hedge*” estabelecida pela Sociedade foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “*hedge*” foi registrada.

“Non Deliverable Forward - NDF”

Com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “*Bonds*”, em 28 de junho de 2019, a Sociedade contratou dois instrumentos “*NDF*” no valor de “nocional” de US\$ 53.500 cada, totalizando US\$ 107.000, com taxa média futura de R\$ 3,89475 ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 e liquidados em 02 de janeiro de 2020.

Para manter a proteção cambial, em 02 de janeiro de 2020, a Sociedade contratou um novo instrumento “*NDF*” no valor nocional de US\$ 98.000 com taxa futura de R\$ 4,0647 e vencimento em 01 de julho de 2020.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 31 de março de 2020, a posição dos instrumentos “*NDF*” refletiam um valor justo a receber de R\$ 112.083 (R\$ 14.547 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

31/03/2020						31/12/2019	
Vencimento da Operação	Valorização					Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	MTM ativo	MTM Passivo	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
01/07/2020	509.473	111.132	-	3.916	(2.965)	112.083	14.547

6 Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“*FIDC*”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“*FIDC Plus*”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Objetivo dos fundos

O *FIDC* e o *FIDC Plus* têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras no sistema de adquirencia Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Notas Explicativas

Outras informações

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são pagos mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas sênior o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “*pro rata temporis*”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de março de 2020 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC	57.285	79.826	79.826	-
FIDC Plus	20.206.010	9.081.091	7.080.800	2.000.291
Sênior	4.000.000	4.000.585	2.000.294	2.000.291
Subordinada	15.706.010	4.580.428	4.580.428	-
Mezanino	500.000	500.078	500.078	-
Total	20.263.295	9.160.917	7.160.626	2.000.291

Os balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão assim demonstrados:

	31/03/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	79.929	103	79.826	82.047	217	81.830
FIDC Plus	9.082.721	1.630	9.081.091	9.805.299	1.704	9.803.595
Total	9.162.650	1.733	9.160.917	9.887.346	1.921	9.885.425

As demonstrações de resultado dos fundos nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 são apresentadas a seguir:

	31/03/2020			31/03/2019		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	4.769	196.959	201.728	-	315.461	315.461
Receitas financeiras	127	13.072	13.199	18	3.980	3.998
Despesas financeiras	(138)	(10.929)	(11.067)	(1)	(318)	(319)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.762)	(335)	(7.097)	(19)	558	539
Lucro/(Prejuízo) do trimestre	(2.004)	198.767	196.763	(2)	319.681	319.679

Notas Explicativas

7 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Rendas a receber de transações de pagamentos	275.499	284.638	780.482	875.676
Contas a receber de emissores	61.200.647	71.864.873	61.940.412	72.192.036
Contas a receber de emissores (a)	61.101.619	71.758.516	61.101.619	71.758.516
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	47.792	48.099	47.792	48.099
Trava de domicílio bancário (c)	38.456	39.050	38.456	39.050
Valores a receber de transações financeiras processadas (d)	-	-	526.644	169.652
Valores a receber de intercâmbio de clientes (e)	-	-	213.121	157.511
Outros	12.780	19.208	12.780	19.208
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 27)	209.213	196.893	2.124	-
Depósito judicial (Nota 14b)	1.581.114	1.586.621	1.589.377	1.594.140
Créditos tributários (Nota 8b)	844.960	907.991	1.064.024	1.132.687
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	192.791	130.527	263.650	488.487
Outras contas a receber operacionais	217.631	300.034	339.235	443.918
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (f)	(255.214)	(245.948)	(279.486)	(267.705)
Total	64.266.641	75.025.629	65.699.818	76.459.239
Circulante	61.815.976	72.504.103	63.020.662	73.703.487
Realizável a longo prazo	2.450.665	2.521.526	2.679.156	2.755.752
Total	64.266.641	75.025.629	65.699.818	76.459.239

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações e cessões com bancos emissores. No 1º trimestre de 2020, foram cedidos o total de R\$ 4.689.707 em recebíveis a um custo médio de 140,31% do DI. (R\$ 2.000.000 a um custo médio de 109,84% do DI em 31 de dezembro de 2019).
- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço (“chargeback”).
- (c) A Sociedade oferece aos bancos domicílio o serviço de trava de domicílio bancário (mediante autorização prévia do estabelecimento comercial) para bloquear qualquer transferência de recebíveis do estabelecimento para outro banco. O valor a receber decorrente da prestação do serviço pela Sociedade é liquidado no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (d) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (e) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (f) Refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes das operações realizadas com estabelecimentos comerciais, constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/20	1º trimestre/19	1º trimestre/20	1º trimestre/19
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	227.942	727.342	312.511	833.280
Alíquotas vigentes % -	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(77.500)	(247.296)	(106.254)	(283.315)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	19.016	50.252	19.016	50.252
Benefício fiscal de P&D (“Lei do bem”)	2.711	3.729	2.711	3.729
Equivalência patrimonial	(1.784)	17.085	381	676
Ágio na aquisição de Investimento	-	(2.209)	-	(2.209)
Efeito prejuízo fiscal Stelo	-	-	(16.866)	(7.575)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(3.582)	(4.129)	(8.883)	(9.335)
Imposto de renda e contribuição social	(61.139)	(182.568)	(109.895)	(247.777)
Correntes	1.891	(202.535)	(52.876)	(281.918)
Diferidos	(63.030)	19.967	(57.019)	34.141

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 820 em 31 de março de 2020 (no individual e consolidado) e R\$ 3.594 (R\$ 4.094 no consolidado) em 31 de março de 2019.

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo circulante e não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	594.429	601.178	600.580	607.779
Provisão para despesas diversas	115.950	206.154	223.213	326.979
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	28.769	-	122.447	93.678
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com créditos incobráveis e fraude	105.812	100.659	117.784	104.251
Total	844.960	907.991	1.064.024	1.132.687

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
Até 12 meses	184.214	66.317	250.531	248.026	253.096	91.114	344.210	340.768
Superior a 12 meses	437.080	157.349	594.429	588.485	529.275	190.539	719.814	712.616
Total	621.294	223.666	844.960	836.511	782.371	281.653	1.064.024	1.053.384

Conforme melhor estimativa da Administração, parte dos créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 250.531 (R\$ 344.210 no consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 594.429 (R\$ 719.814 no consolidado), será realizada em um prazo superior a

Notas Explicativas

12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 44,35% (44,47% do consolidado) das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior.

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	1.670	6.220
Valor justo dos ativos intangíveis da Cielo USA	60.698	58.349
Passivo diferido sobre deságio	6.188	6.188
Total	68.556	70.757

c. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	11.498	66.314	77.033	440.182
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.770	17.190	14.923	29.008
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.614	4.522	44.923	48.289
Programa de Integração Social - PIS	1.418	3.496	3.396	12.953
Outros tributos a recolher	12.398	12.853	19.522	23.257
Total	34.698	104.375	159.797	553.689

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Em controladas	8.633.606	8.724.467	-	-
Em controladas em conjunto	125.232	126.229	125.232	126.229
Total	8.758.838	8.850.696	125.232	126.229

Na consolidação das informações contábeis, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos, Me-S, foram utilizadas as informações contábeis de 28 de fevereiro de 2020 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de março de 2018. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de três meses findo em 28 de fevereiro de 2020.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	31/03/2020				31/03/2020					
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Investimento
Controladas:										
Servinet	99,99	81.979	57.269	24.710	75.183	73.876	4.655	2.805	2.805	24.710
Multidisplay (i)	91,44	144.657	79.818	64.839	364.550	19.853	10.989	8.013	7.327	60.698
Braspag	99,99	70.960	32.669	38.291	16.456	10.816	6.742	5.291	5.290	38.291
Cielo USA (ii)	100,00	1.006.785	2.182.005	(1.175.220)	-	(30.348)	(49.202)	(54.230)	(54.230)	-
Cateno (iv)	70,00	12.595.133	439.541	12.155.592	647.140	214.243	161.161	117.091	81.964	8.508.914
Aliança	99,99	202.709	201.716	993	2.088	2.140	(49.490)	(49.524)	(49.524)	993
Subtotal									(6.368)	8.633.606
Controladas em conjunto:										
Orizon (iii)	40,95	354.441	34.293	320.148	36.642	12.190	1.489	2.752	1.127	125.232
Paggo (ii)	50,00	229	340	(111)	-	-	(14)	(14)	(7)	-
Subtotal									1.120	125.232
Total Controladora									(5.248)	8.758.838
Total Consolidado									1.120	125.232
Controladas indiretas:										
M4Produtos	91,44	168.391	141.461	26.930	31.509	16.292	4.245	3.549		
Me-S	100,00	1.677.206	1.138.214	538.992	533.517	106.422	(26.930)	(18.854)		
Stelo	100,00	409.394	211.475	197.919	45.742	(33.890)	(45.858)	(49.606)		
Controladas em conjunto indiretas:										
PrevSaúde	40,95	16.700	1.381	15.319	1.949	1.244	829	693		
Guilher	40,95	7.519	5.060	2.459	1.443	597	426	361		

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay.

(ii) Em 31/03/2020 a empresa Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações - Diversas.

(iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Multidisplay.

(iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Ourocard.

Notas Explicativas

	31/12/2019		31/03/2019			31/12/2019				
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Investimento
Controladas:										
Servinet	99,99	105.950	84.045	21.905	62.794	62.069	3.816	2.704	2.704	21.905
Multidisplay (i)	91,44	154.665	90.867	63.798	209.932	111.370	5.258	4.682	4.281	59.745
Braspag	99,99	62.383	29.383	33.000	10.675	5.599	2.958	1.957	1.957	33.000
Cielo USA (ii)	100,00	825.540	1.687.306	(861.766)	-	(25.668)	(27.702)	(32.763)	(32.763)	-
Cateno (iv)	70,00	12.989.690	762.119	12.227.571	644.523	228.888	178.174	134.426	94.098	8.559.300
Aliança	99,99	252.626	202.109	50.517	1.133	1.151	(22.216)	(22.014)	(22.014)	50.517
Subtotal									48.263	8.724.467
Controladas em conjunto:										
Orizon (iii)	40,95	355.641	33.031	322.610	35.617	12.011	2.774	4.870	1.994	126.229
Paggo (ii)	50,00	243	340	(97)	-	-	(14)	(14)	(7)	-
Subtotal									1.987	126.229
Total Controladora									50.250	8.850.696
Total Consolidado									1.987	126.229
Controladas indiretas:										
M4Produtos	91,44	208.749	181.632	27.117	28.313	13.510	4.404	4.342		
Me-S	100,00	847.726	399.638	448.088	422.646	88.827	(4.509)	(2.034)		
Stelo	100,00	524.052	276.527	247.526	38.298	(2.069)	(15.589)	(22.279)		
Controladas em conjunto indiretas:										
PrevSaude	40,95	16.191	1.565	14.626	2.027	1.461	1.184	892		
Guilher	40,95	11.292	9.195	2.097	1.563	159	(42)	147		

- (i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay.
- (ii) Em 31/03/2019 a empresa Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações - Diversas.
- (iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Outocard.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.962.900	119.055
Provisão para obrigações com investidas (*)	32.771	7
Dividendos recebidos:		
Braspag	(13.509)	-
Servinet	(7.000)	-
Cateno	(115.315)	-
Dividendos provisionados		
Multidisplay	(6.514)	-
Orizon	(2.060)	(2.060)
Resultado com equivalência patrimonial	50.250	1.987
Amortização de ágio	(6.496)	-
	8.895.027	118.989
Saldo em 31 de março de 2019	8.850.696	126.229
Provisão para obrigações com investidas (*)	54.238	7
Dividendos recebidos:		
Orizon	(2.124)	(2.124)
Multidisplay	(6.375)	-
Cateno	(132.349)	-
Resultado com equivalência patrimonial	(5.248)	1.120
	8.758.838	125.232

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras Obrigações – Diversas.

10 Imobilizado

		Controladora			
		31/03/2020		31/12/2019	
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Equipamentos de captura de transações	20	1.847.438	(1.149.867)	697.571	729.572
Equipamentos de processamento de dados	20	187.934	(125.854)	62.080	60.315
Máquinas e equipamentos	10 - 20	28.410	(24.393)	4.017	4.599
Instalações	10	49.071	(21.840)	27.231	28.285
Móveis e utensílios	10	11.176	(5.530)	5.646	5.903
Veículos	20	1.664	(151)	1.513	1.478
Total		2.125.693	(1.327.635)	798.058	830.152

		Consolidado			
		31/03/2020		31/12/2019	
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Equipamentos de captura de transações	20	1.848.038	(1.150.164)	697.874	729.946
Equipamentos de processamento de dados	20	251.741	(180.371)	71.370	68.988
Máquinas e equipamentos	10 - 20	60.391	(43.327)	17.064	16.001
Instalações	10	98.323	(44.242)	54.081	54.402
Móveis e utensílios	10	19.451	(9.343)	10.108	10.569
Veículos	20	1.664	(151)	1.513	1.478
Total		2.279.608	(1.427.598)	852.010	881.384

A movimentação do imobilizado nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora				
	31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/03/2020
Equipamentos de captura de transações	729.572	21.077	(1.902)	(51.176)	697.571
Equipamentos de processamento de dados	60.315	6.794	-	(5.029)	62.080
Máquinas e equipamentos	4.599	-	-	(582)	4.017
Instalações	28.285	171	-	(1.225)	27.231
Móveis e utensílios	5.903	24	-	(281)	5.646
Veículos	1.478	117	-	(82)	1.513
Total	830.152	28.183	(1.902)	(58.375)	798.058

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/03/2019
Total	523.853	146.270	(8.520)	(40.091)	621.512

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/03/2020
Equipamentos de captura de transações	729.946	21.110	(2.022)	(51.219)	59	697.874
Equipamentos de processamento de dados	68.988	7.376	-	(6.447)	1.453	71.370
Máquinas e equipamentos	16.001	97	-	(1.589)	2.555	17.064
Instalações	54.402	2.076	-	(2.397)	-	54.081
Móveis e utensílios	10.569	222	(272)	(451)	40	10.108
Veículos	1.478	117	-	(82)	-	1.513
Total	881.384	30.998	(2.294)	(62.185)	4.107	852.010

	Consolidado					
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/03/2019
Total	580.794	170.567	(17.843)	(44.178)	49	689.389

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 31.841 e R\$ 32.380, respectivamente.

11 Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	5.516	5.974
Outros ativos intangíveis	558.452	562.734	10.877.383	10.949.664
Total	558.452	562.734	10.882.899	10.955.638

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Multidisplay	5.516	5.974
Total	5.516	5.974

- (a) **Aquisição de controle – Multidisplay:** Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, sendo que o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme

Notas Explicativas

previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

A movimentação do saldo de ágios nos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.579
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(1.366)
Amortização do ágio do período	(6.496)
Saldo em 31 de março de 2019	20.717
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.974
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(458)
Saldo em 31 de março de 2020	5.516

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		31/03/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	1.029.772	(531.938)	497.834	499.370
Relacionamento com clientes	20	95.074	(34.456)	60.618	63.364
Total		1.124.846	(566.394)	558.452	562.734

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado			
		31/03/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(1.960.811)	9.611.189	9.707.622
Software (b)	6,66 - 20	1.807.284	(1.022.124)	785.160	726.433
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	1.229.344	(831.857)	397.487	410.702
Desenvolvimento de projetos (d)	20	234.300	(164.769)	69.531	88.496
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	221.730	(213.430)	8.300	10.188
Contratos de serviços (f)	8 - 20	35.945	(30.304)	5.641	6.148
Marcas (g)	10	75	-	75	75
Total		15.100.678	(4.223.295)	10.877.383	10.949.664

(a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

(b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost

Notas Explicativas

Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.

- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “*Income Approach*” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “*churn rate*”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: “*e-commerce*”, “*bank customer*” e “*B2B/Outros*”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “*Excess Earnings*”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “*e-commerce*” e “*bank customer*” e 11% para “*B2B/Outros*”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
 - **Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago pela Sociedade e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (e) **Acordo de não competição:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição (“*with and without*”) foi calculado pela metodologia “*Income Approach*”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“*CB&T*”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da *CB&T* em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “*With and Without*”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.
- (f) **Contratos de serviços:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
 - **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da *CB&T*, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “*Excess Earnings*”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (g) **Marcas (Cateno e Braspag)** - avaliada pela metodologia “*Relief-from-Royalty*”, tendo como premissa a taxa de “*royalty*” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “*Royalty Source Intellectual Property Database*”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora					31/03/2020
	31/12/2019	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	
Software	499.370	33.113	-	-	(34.647)	497.834
Relacionamento com clientes	63.364	16.126	-	-	(18.872)	60.618
Total	562.734	49.237	-	-	(53.519)	558.452
Total	420.389	14.225	-	-	(27.401)	407.213

Notas Explicativas

	Consolidado						31/03/2020
	31/12/2019	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Variação cambial	
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.707.622	-	-	-	(96.433)	-	9.611.189
Software	726.434	39.022	19.114	(8.293)	(52.470)	61.354	785.161
Relacionamento com clientes	410.702	24.877	-	-	(94.366)	56.274	397.487
Desenvolvimento de projetos	88.496	5.483	(19.114)	(1.991)	(6.432)	3.089	69.531
Acordo de não competição	10.188	-	-	-	(4.737)	2.849	8.300
Contratos de serviços	6.148	-	-	-	(515)	8	5.641
Marcas	74	-	-	-	-	-	74
Total	10.949.664	69.382	-	(10.284)	(254.953)	123.574	10.877.383
	31/12/2018	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Variação cambial	31/03/2019
Total	11.218.695	85.771	-	(15.905)	(184.898)	1.776	11.105.439

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Debêntures privadas (a)	3.350.105	3.402.483	3.350.105	3.402.483
Debêntures públicas (b)	3.013.108	2.978.983	2.911.911	2.878.841
Capital de giro (c)	2.492.152	350.064	2.492.152	350.064
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (d)	508.532	389.450	2.629.840	2.018.414
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	631.898	483.420	631.898	483.420
Financiamento de P&D	106.820	112.413	106.820	112.413
Total	10.102.615	7.716.813	12.122.726	9.245.635
Circulante	3.193.813	917.685	3.214.368	918.337
Não circulante	6.908.802	6.799.128	8.908.358	8.327.298
Total	10.102.615	7.716.813	12.122.726	9.245.635

(a) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do DI, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Remuneração		
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Sociedade realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Notas Explicativas

As debêntures possuem “covenants” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

(c) **Capital de giro**

A partir de março de 2019, a Sociedade iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo. Em 31 de março de 2020, o saldo em aberto foi de R\$ 2,492 bilhões com taxas que variam entre 104,3% e 125,6% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com prazo médio de 57 dias (R\$ 350 milhões em aberto com taxas que variavam entre 104,3% e 108,6% do CDI com prazo médio de 16 dias em 31 de dezembro de 2019).

(d) **Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”**

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

Em junho de 2019, a Sociedade anunciou um Tender Offer para realizar a recompra parcial de “bonds” da parcela emitida pela Sociedade, no valor total de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente, após a recompra, de US\$ 97 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) **Operação 4.131**

A Sociedade possui uma linha de crédito junto MUFG Bank, LTD para captação em dólar ao equivalente a R\$ 500.000. O contrato possui validade de um ano podendo ser renovado em agosto de cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Sociedade contrata um Swap para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao MUFG Bank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,235% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Os empréstimos obtidos junto ao MUFG Bank, LTD possuem “covenants” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

A Sociedade e suas controladas cumpriram os índices financeiros relacionados às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568	7.863.358
Novas captações	920.000	920.000
Pagamento de principal	(5.639)	(5.639)
Variação cambial (principal e juros)	29.019	39.791
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	5.075	5.075
Juros provisionados e encargos apropriados	77.611	90.506
Juros pagos	(132.119)	(132.119)
Saldo em 31 de março de 2019	7.192.515	8.780.972
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.716.813	9.245.635
Novas captações	4.466.996	4.466.996
Pagamento de principal	(2.334.639)	(2.334.639)
Variação cambial (principal e juros)	255.986	727.905
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	6.844	6.844
Juros provisionados e encargos apropriados	84.768	104.138
Juros pagos	(97.081)	(97.081)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(8.498)	(8.498)
Amortização de custos de emissão de dívidas	11.426	11.426
Saldo em 31 de março de 2020	10.102.615	12.122.726

Notas Explicativas

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de março de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2021	22.556	22.556
2022	3.521.973	5.627.145
2023	3.359.681	3.258.484
2024	22.556	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	6.926.766	8.930.741
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(17.964)	(22.383)
Total	6.908.802	8.908.358

13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contas a pagar a clientes (a)	52.073.655	62.805.144	52.269.481	63.055.416
Valores a liquidar a clientes (b)	-	-	857.619	201.943
Cauções de clientes (c)	-	-	175.868	125.392
Total	52.073.655	62.805.144	53.302.968	63.382.751

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Sociedade, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores
- (b) Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes às transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações;
- (c) A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora					31/03/2020
	31/12/2019	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.691.220	9.419	(23.583)	2.173	-	1.679.229
Cíveis	48.808	8.247	(10.271)	2.533	(7.277)	42.040
Trabalhistas	66.846	1.712	(2.657)	2.196	(1.965)	66.132
Total	1.806.874	19.378	(36.511)	6.902	(9.242)	1.787.401
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2019
Total	1.755.232	45.389	(6.961)	2.306	(2.189)	1.793.777
	Consolidado					31/03/2020
	31/12/2019	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.701.471	9.432	(26.062)	2.187	-	1.687.028
Cíveis	50.160	8.887	(10.998)	2.551	(7.467)	43.133
Trabalhistas	79.116	2.609	(2.657)	2.516	(1.965)	79.619
Total	1.830.747	20.928	(39.717)	7.254	(9.432)	1.809.780
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2019
Total	1.781.577	47.219	(9.961)	2.306	(2.189)	1.818.952

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, no trimestre findo em 31 de março de 2020, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos do Grupo.
- (c) Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020, o Grupo, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivou a liquidação de 1.022 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 11.831.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e os respectivos depósitos judiciais:

Provisão para Riscos Tributários – Principais processos	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
ISS (LC 157/16) (b)	21.108	20.732	24.133	26.073
PIS/COFINS sobre PIS/COFINS (c)	-	21.329	-	21.329
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (d)	18.408	18.408	18.408	18.408
ISS sobre PIS/COFINS (e)	14.655	13.702	14.655	13.702
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (f)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (g)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	89.976	81.967	94.750	86.877
Total	1.679.229	1.691.220	1.687.028	1.701.471
Depósitos judiciais - Principais processos tributários	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.076	19.069	22.816	22.806
Total	1.554.158	1.554.151	1.557.898	1.557.888

Notas Explicativas

- (a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de março de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- (b) **ISS (LC 157/16)** - Com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) passou a ser devido, a partir de janeiro de 2018, no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, no entanto, a eficácia do 1º artigo da LC nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”). Diante da insegurança jurídica ocasionada pela Lei Complementar em questão no período de vigência, a Sociedade constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação. Em 31 de março de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 21.108 na controladora e R\$ 24.133 no consolidado.
- (c) **PIS/COFINS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em outubro de 2018, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito decorrente da inclusão da contribuição ao PIS e à COFINS em suas respectivas bases de cálculo. A medida liminar foi deferida em novembro de 2018, momento a partir do qual a Sociedade passou a constituir provisão do valor correspondente, considerando a suspensão da exigibilidade das contribuições. Em fevereiro de 2020, decorrente de sentença de 1º grau revogando a liminar, a Sociedade procedeu ao recolhimento da parcela dos tributos objeto da lide e, conseqüentemente, reverteu a provisão constituída até então.
- (d) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de março de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 18.408.
- (e) **ISS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em abril de 2017, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a exclusão do valor correspondente ao ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A medida liminar foi deferida em junho de 2017, restando declarada a suspensão da exigibilidade das contribuições e, desde então, a Sociedade vem constituindo provisão do valor correspondente, enquanto aguarda ulterior decisão em definitivo. Em 31 de março de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 14.655.
- (f) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 31 de março de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895.
- (g) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a Sociedade compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de março de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045.

Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir o recolhimento de PIS e COFINS à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 700.259 (R\$ 693.637 em 31 de dezembro de 2019). Com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de março de 2020, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 42.040 na controladora e R\$ 43.133 no consolidado (R\$ 48.808 na controladora e R\$ 50.160 no consolidado em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2019), e o saldo de depósito judicial em 31 de março de 2020 é de R\$ 2.071 na controladora e R\$ 2.112 no consolidado (R\$ 4.104 na controladora, e R\$ 4.164 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de março de 2020, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 31 de março de 2020, incluíam 727 ações trabalhistas contra a Sociedade e 80 contra as controladas, totalizando 807 ações (709 ações trabalhistas contra a Sociedade e 76 contra as controladas, totalizando 785 ações em 31 de dezembro de 2019). Dentre essas ações em 31 de março de 2020, 289 foram movidas por ex-empregados (246 em 31 de dezembro de 2019) e as 518 restantes (539 em 31 de dezembro de 2019) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 31 de março de 2020, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 66.132 na controladora e R\$ 79.619 no consolidado (R\$ 66.846 na controladora e R\$ 79.116 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 24.885 na controladora e R\$ 29.367 no consolidado (R\$ 28.366 na controladora e R\$ 32.088 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 55,65% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 44,35% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle do Grupo.

Perda Possível

Adicionalmente, em 31 de março de 2020, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Tributárias	187.963	140.052	191.870	192.463
Cíveis	230.018	221.007	252.478	228.879
Trabalhistas	62.935	55.293	76.679	69.545
Total	480.916	416.352	512.027	490.887

b. Depósitos judiciais

Nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/03/2020
Tributários	1.554.151	7	-	1.554.158
Trabalhistas	28.366	1.262	(4.743)	24.885
Cíveis	4.104	245	(2.278)	2.071
Total	1.586.621	1.514	(7.021)	1.581.114
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019
Total	1.624.223	1.214	-	1.625.437

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/03/2020
Tributários	1.557.888	10	-	1.557.898
Trabalhistas	32.088	2.782	(5.503)	29.367
Cíveis	4.164	244	(2.296)	2.112
Total	1.594.140	3.036	(7.799)	1.589.377
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019
Total	1.637.377	2.845	-	1.640.222

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de março de 2020 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2019) representado por 2.716.815.061 (2.716.815.061 ações em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de março de 2020 é de 2.709.217.467 (2.712.719.487 ações em 31 de dezembro de 2019).

O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

Notas Explicativas

O saldo da reserva de capital em 31 de março de 2020 é de R\$ 61.632 (R\$ 65.658 em 31 de dezembro de 2018).

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações (“Programa”), mediante o qual a Sociedade poderá adquirir o total de até 4.006.776 (quatro milhões, seis mil e setecentas e setenta e seis mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado nesta data.

No Programa aprovado serão adquiridas o total de até 4.006.776 (quatro milhões, seis mil e setecentas e setenta e seis) ações ordinárias e terá o prazo de vigência de 02 de março de 2020 a 10 de março de 2020.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.095.574)	(56.198)	13,72
Venda em fevereiro	350.334	4.808	13,72
Venda em março	154.422	2.118	13,72
Recompra em março	<u>(4.006.776)</u>	<u>(27.560)</u>	6,88
Saldo em 31 de março de 2020	<u>(7.597.594)</u>	<u>(76.832)</u>	10,11

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e benefícios pós emprego, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Variação cambial sobre investimento no exterior	(229.725)	29.499
Benefício pós emprego	(25.429)	(25.429)
Efeito fiscal – Benefício pós emprego	<u>8.646</u>	<u>8.646</u>
Total	<u>(246.508)</u>	<u>12.716</u>

e. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2020 é de R\$ 1.137.093 (R\$ 1.128.753 em 31 de dezembro de 2019).

f. Reserva de lucros - Orçamento de capital

Em reunião realizada em 27 de janeiro de 2020, foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração as informações contábeis referentes ao semestre e ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2019 e a proposta de orçamento de capital para o ano de 2020, que serão submetidas à aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Notas Explicativas

A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de fortalecimento do capital de giro proporcionado pela manutenção de recursos e garantirá maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) ao investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia, viabilizando assim o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”) e o crescimento do produto “Pagamento em 2 dias”; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital complementada pelo lucro líquido do exercício do ano de 2019, já deduzidos os montantes destinados à constituição da reserva legal e à distribuição de proventos, totaliza o saldo de R\$ 2.681.861 em 31 de março de 2020 (R\$ 2.579.325 em 31 de dezembro de 2019).

Importante destacar que, em reunião realizada em 06 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia convocadas para o dia 17 de abril de 2020 e da sua respectiva convocação, considerando o cenário atual e a evolução da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus, as recomendações emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades locais e, ainda, o disposto na Medida Provisória nº 931/20. O Conselho de Administração continua monitorando o tema e, oportunamente, deliberará sobre uma nova data para realização da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, bem como acerca do novo edital de convocação e documentos e informações pertinentes, os quais serão divulgados em conformidade com os prazos previstos na legislação e na regulamentação aplicáveis.

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$ 81.276, que foram pagos em 13 de fevereiro de 2020. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 4º trimestre de 2019.

Em reunião realizada em 28 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a alteração da periodicidade no pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio do exercício de 2020, de trimestral para anual, e, por consequência, suspender, até 31 de dezembro de 2020, a aplicação do item 3.1 da Política de Proventos da Companhia, que rege sobre a distribuição trimestral de proventos. Esta mudança se justifica por estar em linha com a estratégia de preservação e gestão de caixa adotada pela Companhia desde o início do surto de COVID-19.

Notas Explicativas

Conforme prática adotada pela Sociedade, em 31 de março de 2020, foram destacados proventos de R\$ 55.927 a título de juros sobre o capital próprio (líquido da retenção do imposto de renda corresponde a 30% do lucro líquido após a constituição da reserva legal), imputado ao dividendo mínimo obrigatório, cuja deliberação ocorrerá no encerramento desse exercício social.

h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de março de 2020, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2019	2.712.719.487
Exercício de opção de compra de ações:	
Fevereiro	350.334
Março	154.422
Recômpra de ações – Março	(4.006.776)
Total	2.709.217.467

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado	
	1º trimestre/20	1º trimestre/19
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	166.803	544.774
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.709.217	2.715.940
Lucro por ação (em R\$) - Básico	0,06157	0,20058

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado	
	1º trimestre/20	1º trimestre/19
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	166.803	544.774
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.709.217	2.715.940
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	6.169	2.695
Total (em milhares)	2.715.386	2.718.635
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,06143	0,20039

Notas Explicativas

17 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre /20	1º trimestre/19	1º trimestre/20	1º trimestre/19
Receita operacional bruta	1.350.734	1.597.285	3.112.227	3.062.475
Impostos sobre serviços	(139.748)	(164.795)	(281.347)	(288.361)
Total	1.210.986	1.432.490	2.830.880	2.774.114

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/20	1º trimestre/19	1º trimestre/20	1º trimestre/19
Despesas com pessoal	(139.673)	(130.768)	(269.145)	(252.959)
Depreciações e amortizações	(111.894)	(73.989)	(317.138)	(235.718)
Serviços profissionais	(119.101)	(130.699)	(72.611)	(63.884)
Gastos com aquisição (a)	(591.655)	(593.405)	(1.406.736)	(1.288.455)
Vendas, marketing e afiliação de clientes (b)	(71.746)	(28.788)	(135.238)	(95.996)
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	(344.702)	(198.346)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS	5.545	(28.459)	(29.774)	(48.159)
Total	(1.028.524)	(986.108)	(2.575.344)	(2.183.517)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(726.335)	(643.922)	(2.057.677)	(1.676.359)
Despesas com pessoal	(83.118)	(85.768)	(194.556)	(187.025)
Despesas gerais e administrativas	(122.670)	(117.234)	(113.372)	(101.207)
Vendas e marketing	(28.257)	(40.331)	(91.749)	(95.996)
Outras despesas operacionais, líquidas	(68.144)	(98.853)	(117.990)	(122.930)
Total	(1.028.524)	(986.108)	(2.575.344)	(2.183.517)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas, marketing e afiliação de clientes incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, ações comerciais para novos credenciamentos de clientes e serviços de captação, afiliação e credenciamento de cliente.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

Notas Explicativas

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/20	1º trimestre/19	1º trimestre/20	1º trimestre/19
Perdas com créditos incobráveis e fraude (a)	(66.163)	(74.983)	(102.473)	(92.783)
Provisão para risco, líquida (b)	(10.673)	(16.172)	(14.597)	(18.121)
Baixas de provisões e (reversões) para perdas do imobilizado (c)	(1.790)	(7.898)	(1.790)	(7.898)
Outras	10.482	200	870	(4.128)
Total	(68.144)	(98.853)	(117.990)	(122.930)

- (a) Perdas com fraude estão relacionadas a perdas operacionais decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais.
- (b) Provisão para risco está relacionada com a movimentação no saldo de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 14).
- (c) Perdas com imobilizado estão relacionadas aos valores baixados decorrentes de perdas de equipamentos de captura e com a constituição de provisão para perda de equipamentos.

20 Compromissos

A Sociedade e suas controladas tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade e suas controladas celebraram os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2020, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	18.541
De 1 ano a 5 anos	62.012
Acima de 5 anos	3.403
Total	83.956

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 31 de março de 2020, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	111.127
De 1 ano a 5 anos	71.312
Total	182.439

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

Notas Explicativas

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós- emprego

A Sociedade e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de março de 2020 é de R\$34.808 (R\$ 34.210 em 31 de dezembro de 2019).

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2020, em despesas de contribuições no montante de R\$ 2.631 (R\$ 3.531 no trimestre findo em 31 de março de 2019), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional e plano de incentivo de longo prazo cujo montante dessas despesas, totalizou R\$23.763 no trimestre findo em 31 de março de 2020 (R\$21.459 no trimestre findo em 31 de março de 2019).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019 foram registrados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Colaboradores	17.362	15.585	27.923	23.425
Diretores estatutários	2.870	3.250	3.443	3.541
Total	20.232	18.835	31.366	26.966

Notas Explicativas

23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos da Sociedade são como seguem:

	31/03/2020			31/03/2019		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	2.080	5.333	7.413	1.952	3.931	5.883
Conselho de administração	684	-	684	683	-	683
Total	2.764	5.333	8.097	2.635	3.931	6.566

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração, inclusive comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal em 2020, proposta para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, é de R\$52.307, já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual proposta para o exercício corrente é de R\$677 (R\$601 para o exercício de 2019).

24 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado o plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de "Restricted Shares", denominado como Sócio Cielo. Esse programa tem como objetivo minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. As transferências das ações estão condicionadas a permanência desses colaboradores na Sociedade.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de Concessão de Ações Restritas, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições pré-estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante andamento do plano.

Em 31 de março de 2020, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Notas Explicativas

Programa	Bonificação	Quantidade de ações				Período da Outorga	Valor por ação	Valor Justo
		Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer		na Outorga em R\$	por ação em R\$
Ações Restritas 2016	130.182	650.947	(203.441)	(574.890)	2.798	Julho de 2016	32,91	27,43
Ações Restritas 2017	-	828.878	(311.737)	(347.296)	169.845	Julho de 2017	23,26	23,26
Ações Restritas 2018	-	901.988	(242.512)	(330.818)	328.658	Julho de 2018	17,07	17,07
Ações Restritas 2019	-	2.419.297	(222.000)	(19.731)	2.177.566	Julho de 2019	6,73	6,73
Sócio Cielo 2017	-	145.766	(36.688)	(109.078)	-	Março de 2017	22,51	22,51
Sócio Cielo 2018	-	437.187	(135.005)	(229.968)	72.214	Março de 2018	25,32	25,32
Sócio Cielo 2019	-	995.372	(114.168)	(361.717)	519.487	Março de 2019	10,89	10,89
Sócio Cielo 2020	-	2.898.458	-	-	2.898.458	Março de 2020	7,12	7,12
Total de Ações	130.182	9.277.893	(1.265.551)	(1.973.498)	6.169.026			

No trimestre findo em 31 de março de 2020, foi reconhecida provisão no valor de R\$ 2.900 (R\$ 6.880 em 31 de março de 2019) líquido dos encargos, sendo a parcela de diretores estatutários corresponde ao valor de R\$ 1.101 (R\$ 2.049 em 31 de março de 2019), com um total de 504.756 (1.019.553 em 31 de março de 2019) de ações exercidas entre celetistas (CLT) e estatutários. A movimentação líquida registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, totalizou R\$ 4.026 (R\$ 3.078 em 31 de março 2019).

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/20	1º trimestre/19	1º trimestre/20	1º trimestre/19
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.863	5.103	31.999	44.122
Outras receitas financeiras	405	862	2.322	2.816
PIS e COFINS (c)	(219)	(279)	(1.231)	(1.797)
Total	4.049	5.686	33.090	45.141
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos	(113.851)	(77.367)	(130.213)	(98.808)
Participação de terceiros em fundos de investimentos	-	-	(23.351)	(33.116)
Juros sobre provisões para riscos	(6.692)	(2.791)	(7.344)	(3.252)
Outras despesas financeiras	(3.383)	(3.581)	(8.108)	(4.818)
Total	(123.926)	(83.739)	(169.016)	(139.994)
Rendimento FIDCs:				
Aquisição de recebíveis (a)	177.938	288.680	192.350	315.461
Outros direitos creditórios (b)	(2.004)	-	4.770	-
PIS e COFINS (c)	(8.181)	(13.424)	(8.181)	(13.424)
Total	167.753	275.256	188.939	302.037
Variação cambial, líquida	2.852	33.507	2.842	33.512
Total	50.728	230.710	55.855	240.696

- (a) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC Plus. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “pro rata temporis”, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Na Controladora, o saldo corresponde ao resultado do FIDC. No consolidado, o saldo corresponde à remuneração da carteira de crédito adquirida pelo FIDC, cujo crédito foi concedido por instituições financeiras parceiras a clientes credenciados no sistema Cielo (produto “Receba Mais”).
- (c) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pela Sociedade, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

26 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. As diretrizes internas oriundas da alta administração estabelecem controles de acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários).

A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de patrimônio líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma instituição financeira.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Dívida (i)	(10.102.615)	(7.716.813)	(12.122.726)	(9.245.635)
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	252.387	1.067	252.387	1.067
Caixa e equivalentes de caixa	2.294.610	191.400	5.841.693	3.212.392
Dívida líquida	(7.555.618)	(7.524.346)	(6.028.646)	(6.032.176)
Patrimônio líquido (iii)	9.257.246	9.467.355	12.908.067	13.102.580
Índice de endividamento líquido	81,62%	79,48%	46,70%	46,04%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de "swap" e de "NDF", mencionados na nota explicativa 6.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Risco de crédito

Na operação de aquisição da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento à Sociedade dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Também há para a Sociedade um risco residual relativo a possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de "default".

Tais riscos primário e residual podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores.

Notas Explicativas

Cada bandeira possui o seu sistema de garantias próprio, os quais encontram-se discriminados em seus regulamentos. Tendo em vista a variação do modelo de garantias e do grau de risco imputados às credenciadoras, a Sociedade avalia e gerencia tais riscos conforme o modelo de cada bandeira, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão. Ressalta-se que nos termos da Circular BACEN nº 3.682/2013, as bandeiras (denominadas “Instituidora do Arranjo de Pagamentos” na regulamentação aplicável), submeteram seus respectivos regulamentos para apreciação do BACEN, os quais encontram-se sob análise. Dessa forma, o risco de crédito da Sociedade pode sofrer modificações, a depender do regulamento das bandeiras a ser oportunamente aprovado e divulgado.

Também há para a Sociedade risco de perdas com *chargeback* nas operações de aquisição de recebíveis (ARV) junto aos estabelecimentos comerciais credenciados, em especial aqueles que efetuam vendas diferidas (com entrega futura de bens e/ou serviços). Para mitigação desse risco, a Sociedade adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que o estabelecimento comercial possa antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade e controladas.

Em sua operação, a Sociedade também tem risco com Subcredenciadores afiliados, à medida que estes podem não repassar aos seus estabelecimentos afiliados os valores recebidos da Cielo referentes às transações de cartão. Tal risco é mitigado pelas disposições constantes do termo de adesão ao contrato de credenciamento ao sistema Cielo que prevê que os Subcredenciadores assumem a responsabilidade de repassar os valores aos seus afiliados, isentando a Cielo de qualquer responsabilidade. A Sociedade também adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade. Ademais a Sociedade pode, conforme o caso, solicitar garantias como fiança bancária e títulos públicos federais para a cobertura de seu risco.

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras registradas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, fundos de investimento em direitos creditórios, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber com bancos emissores que totalizam R\$ 70.908.270 na controladora e R\$ 68.034.492 no consolidado (R\$ 79.942.414 na controladora e R\$ 75.405.495 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.294.610	191.400	5.841.693	3.212.392
Fundos de investimento em direitos creditórios	5	7.160.626	7.885.074	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6	252.387	1.067	252.387	1.067
Contas a receber com bancos emissores	7	61.200.647	71.864.873	61.940.412	72.192.036
Total		70.908.270	79.942.414	68.034.492	75.405.495

c. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme diretrizes internas, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de

Notas Explicativas

caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos expostos a riscos.

e. Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira, representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Sociedade é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Sociedade dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da “holding” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 31 de março de 2020 totalizou uma perda de R\$ 259.224 (R\$ 10.493 em 31 de março de 2019). Essa variação cambial foi reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Sociedade está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 31 de março de 2020 e de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado					
	31/03/2020			31/03/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Resultado (i)	2.432	6.080	12.160	320	800	1.600
Patrimônio Líquido (i)	117.522	293.805	587.609	72.044	180.109	360.219

(i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

Notas Explicativas

f. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

g. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

h. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora					
	31/03/2020			31/03/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras	386	966	1.932	510	1.276	2.552
Empréstimos e financiamentos	(10.353)	(25.882)	(51.764)	(5.736)	(14.341)	(28.682)
	Consolidado					
	31/03/2020			31/03/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras	3.200	8.000	16.000	4.412	11.031	22.061
Empréstimos e financiamentos	(10.247)	(25.618)	(51.236)	(5.736)	(14.341)	(28.682)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Aliança e Stelo.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

Notas Explicativas

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de março de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019:

	Controladora						
	31/03/2020					31/12/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	
Ativos (Passivos):							
Disponibilidades e Títulos e valores mobiliários (a)	160	9.702	-	-	-	9.862	17.562
Contas a receber de emissores (b)	19.165.665	-	-	-	-	19.165.665	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.350.105)	(101.197)	-	-	-	(3.451.302)	(3.502.625)
Contas a receber com partes relacionadas (d)	-	206.193	896	2.124	-	209.213	196.893
Contas a pagar com partes relacionadas (e)	-	(90.090)	(257.928)	-	(8.736.880)	(9.084.898)	(9.906.443)

	31/03/2020						31/03/2019
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	Total
	Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	36	-	-	-	-	36	1.305
Receitas de prestação de outros serviços (f)	2.127	797	912	-	300	4.136	14.484
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	27.199	-	-	-	-	27.199	21.758
Despesas:							
Despesas financeiras (c)	(40.442)	(1.055)	-	-	-	(41.497)	(56.080)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(326)	-	-	-	-	(326)	(1.162)
Prestação de serviços de processamento de dados (h)	-	(3.680)	-	-	-	(3.680)	(226)
Outras despesas operacionais (i)	(9.512)	(299)	(846)	-	-	(10.657)	(14.080)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (j)	-	(89.457)	-	-	-	(89.457)	(72.776)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(30.965)	-	-	-	-	(30.965)	-

	Consolidado						
	31/03/2020					31/12/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	
Ativos (Passivos):							
Disponibilidades e Títulos e valores mobiliários (a)	19.825	-	-	-	-	19.825	121.528
Contas a receber de emissores (b)	19.165.665	-	-	-	-	19.165.665	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.350.105)	-	-	-	-	(3.350.105)	(3.402.483)
Contas a receber com partes relacionadas (d)	-	-	-	2.124	-	2.124	-

	31/03/2020						31/03/2019
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	Total
	Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	9.710	-	-	-	-	9.710	32.480
Receitas de prestação de outros serviços (f)	2.127	-	-	-	-	2.127	12.142
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	27.199	-	-	-	-	27.199	21.758
Despesas:							
Despesas financeiras (c)	(40.442)	-	-	-	-	(40.442)	(56.080)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(326)	-	-	-	-	(326)	(1.162)
Outras despesas operacionais (i)	(9.512)	-	-	-	-	(9.512)	(12.735)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (k)	(6.888)	-	-	-	-	(6.888)	6.796
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(30.965)	-	-	-	-	(30.965)	-

Notas Explicativas

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Cateno e Aliança; (iii) M4Produtos e Stelo; (iv) Orizon; (v) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil e aos saldos referentes à emissão de Debêntures Públicas mantidos pela Cateno (vide nota explicativa 12).
- (d) Corresponde, principalmente, a saldo de adiantamento para futuro aumento de capital na Aliança no valor total de R\$ 195.000.
- (e) Corresponde, principalmente, aos valores de transações de cartões de débito e crédito e de recargas de celulares capturadas pela Sociedade e que serão repassadas às controladas diretas (Braspag e Multidisplay), controlada indireta (Stelo) e FIDC Plus (carteira de antecipação de recebíveis).
- (f) Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas; (ii) comissão sobre processamento de transações para a M4Produtos e Multidisplay; (iii) prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH, bem como rateio de gastos compartilhados para a Braspag, Cateno e Stelo; e (iv) serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIDC Plus. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores e no mercado em geral.
- (g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados, desenvolvimento e licenciamento de software prestados pela Braspag.
- (i) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e (iii) serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (j) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (k) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (l) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no período.
- (m) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes contratados junto aos bancos controladores Banco do Brasil e Bradesco. No 1º trimestre de 2020, a apuração da remuneração por esses serviços foi de R\$ 39.965, sendo que do valor apurado, R\$ 9.000 não foram pagos e foram destinados a ações promocionais definidas em mútuo acordo e de interesse entre as partes.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.

Incentivos a bancos domicílio

Até 2019, a Sociedade tinha contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visavam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Sociedade e cuja liquidação era feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Sociedade junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Sociedade destinava um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

Serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de Estabelecimentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Sociedade celebrou memorando de entendimento vinculantes, separadamente, junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco do Brasil S.A. para a prestação de

Notas Explicativas

serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos comerciais, conforme Comunicação sobre Transações com Parte Relacionada divulgada ao mercado em 27 de janeiro de 2020, nos termos do Anexo 30 da Instrução CVM 480, disponível no site da Cielo. O objetivo de referido serviço é de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus a uma remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível inclui o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.

Cessão da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de cessão de valores vincendos, referentes aos pagamentos que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de cessão são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de cessão, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Aquisição de Recebíveis (ARV) - Controladas

As Controladas Stelo, Multidisplay e M4Produtos realizam a antecipação de valores vincendos, referentes aos pagamentos que a Sociedade deve fazer a estas Controladas em razão das transações de cartões de crédito capturadas e processadas pela Sociedade. Essas operações são realizadas com o FIDC Plus com o objetivo de geração de capital de giro de curto prazo. As taxas das aquisições de recebíveis são pactuadas entre as partes observando condições equânimes de mercado.

Contrato para sistema antifraude

A Sociedade tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Sociedade é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Sociedade participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas

Notas Explicativas

constantes dos seus manuais. A Sociedade remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores.

Em decorrência da participação da Cielo nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo presta serviços de *big data* à Elo Serviços S.A., bem como mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio. Diante de dúvidas da interpretação decorrentes da edição da Resolução 4707/2018 e Resolução 4734/2019 a Sociedade suspendeu temporariamente a cobrança dos serviços, até que o mercado e o regulador cheguem a um consenso sobre este tema.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“*stock options*”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Notas Explicativas

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Sociedade.

Concessão de Pontos Livelô

Contrato firmado com a Livelô S.A. para concessão de pontos Livelô para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Sociedade.

Contratos de Credenciamento

Contratos celebrados entre a Sociedade e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Sociedade preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Sociedade e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Sociedade preste serviços de processamento de transações e desenvolvimento de projetos. A sociedade também licencia o uso de plataforma à Elo.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Sociedade foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Sociedade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	259.224	(4.936)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	255.986	29.018	727.905	39.791
Benefício pós emprego	-	(5.557)	-	-
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	55.928	147.800	55.928	147.800
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	2.124	128.829	2.124	-

Notas Explicativas

29 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2020, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	255.555
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	180.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000

30 Outras informações – Impactos da pandemia global de COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o surto de COVID-19 como uma pandemia global. À medida que o vírus se espalha, o impacto nas empresas e nos mercados se faz sentir em todo o mundo. A extensão do efeito no desempenho operacional e financeiro da Cielo e de suas controladas dependerá de eventos futuros, incluindo a duração, disseminação e intensidade das respostas à pandemia, assim como das providências governamentais, regulatórias e do setor privado, todas ainda incertas e difíceis de prever neste momento. Projeções feitas pelo Banco Mundial, economistas e pela imprensa especializada já estimam um forte impacto no PIB do Brasil e uma elevada alta no desemprego, acompanhados de uma forte redução no consumo das famílias. Em março de 2020, quando comparado com fevereiro do mesmo ano, o ICVA (Índice Cielo do Varejo Ampliado) já apontou uma queda relevante do consumo no país: redução de mais de 7% nas três primeiras semanas do mês e superior a 52% na quarta semana do mês.

Como o desempenho operacional e financeiro da Cielo tem uma forte dependência do consumo nacional e conseqüentemente do volume de transações no mercado de cartões, a Sociedade espera um impacto relevante em seus resultados de 2020, em particular a partir do 2º trimestre do ano. As três principais linhas de receita podem ser afetadas, sendo que as receitas de comissão e de aquisição de recebíveis devem ser comprimidas com a queda do volume transacionado (apesar de um possível aumento pontual da demanda por ARV no início da quarentena) e a receita de aluguel pode sofrer com o risco de descredenciamento de estabelecimentos comerciais de pequeno e médio portes em decorrência de potencial encerramento de atividades.

No 1º trimestre de 2020, os efeitos observados decorrentes da pandemia no grupo Cielo, iniciados em março, foram a redução do volume capturado de aproximadamente R\$ 9,4 bilhões na Cielo e R\$ 4,3 bilhões na Cateno e o conseqüente impacto na receita líquida, no montante combinado aproximado de R\$ 120 milhões, em relação aos valores projetados para o período. Adicionalmente, tão logo do início do surto no Brasil, a estratégia de gestão de caixa passou a privilegiar o aumento da liquidez da Sociedade e a alocação de capital em produtos de prazo que atendam clientes de médio e pequeno portes. Em março, a Cielo foi a mercado e captou R\$ 4 bilhões com taxa média de 133% do CDI, mesmo com a redução de disponibilidade de recursos no mercado financeiro e de capital.

Além desses efeitos, espera-se impactos nas estimativas contábeis aplicadas na avaliação de provisão para perdas com créditos incobráveis, contestações, cancelamentos e *chargebacks*, assim como nas expectativas de recuperação de equipamentos de captura. Essas premissas estão sendo reavaliadas com prudência, pois é provável que haja um aumento nas perdas percebidas pela Cielo a partir do 2º trimestre de 2020, embora possa ser um evento temporário e de curto prazo. Nesse sentido, até a divulgação dos resultados do 1º trimestre de 2020, não houve materialização do

Notas Explicativas

aumento de perdas decorrentes da pandemia, bem como, ainda não haviam informações suficientes para se projetar adequadamente o eventual aumento futuro dessas perdas.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Sociedade acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado, a Sociedade vem realizando diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

Em relação às operações da Cielo, a partir do início do isolamento social, o plano de continuidade de negócios da Sociedade foi ativado para suportar os processos críticos e suas contingências, sendo que as operações não foram interrompidas e não teve nenhum impacto relevante. Para o gerenciamento da crise, foi constituído um Comitê de Crises que realiza reuniões diárias para o direcionamento de ações, monitoramento da pandemia, controle dos processos críticos e seus fornecedores, bem como o acompanhamento e suporte aos colaboradores e seus familiares com casos suspeitos e confirmados.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referida não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao 1º trimestre de 2020, findo em 31 de março de 2020 (“ITR 1º Tri”), por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Barueri, 24 de abril de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2020 - findo em 31 de março de 2020 ("ITR 1º Tri").

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR, sem ressalvas, referente ao 1º trimestre de 2020 - findo em 31 de março de 2020 (“ITR 1º Tri”), emitido pela KPMG Auditores Independentes.